UNIVERSIDADE DE SÃO PAULO

Pró-Reitoria de Cultura e Extensão Universitária

Relatório Final
de
Avaliação Institucional
da
Cultura e Extensão Universitária

São Paulo
2005

Universidade de São Paulo

Reitora
Suely Vilela

Pró-Reitor de Cultura e Extensão Universitária *Pro tempore*
Adilson Avansi de Abreu

Pró-Reitoria de Cultura e Extensão Universitária

Assessora Técnica de Gabinete
Sandra Lencioni

Assistente Técnico de Direção
Cecílio de Souza

Assistente Técnico de Direção
Augusto Francisco Paulo

Diretora de Ação Cultural
Marilena Pires

Diretor Acadêmico
Eduardo Alves

Diretor Administrativo e Financeiro
Valdir Previde

16 DE DEZEMBRO DE 2005

Apresentação

O presente relatório objetiva atender ao preceituado na Deliberação CEE 04/2000 que dispõe sobre o processo de avaliação de Universidade e de Centro Universitário do Sistema Estadual de Ensino.

O Conselho Estadual de Educação, Órgão da Secretaria Estadual de Educação, por meio da Deliberação CEE 04/2000, estabeleceu as seguintes finalidades:

- orientar, acompanhar e fiscalizar o desenvolvimento das instituições;
- analisar periodicamente o nível de desempenho e atualização institucional, principalmente quanto aos seguintes aspectos:
    - eficácia e eficiência de seu ensino;
    - importância dos seus programas de pesquisa;
    - relevância de sua produção cultural e científica;
    - eficácia da formação profissional;
    - significado da importância das ações comunitárias;
    - condições gerais e específicas dos cursos de graduação e pós-graduação;
    - qualidade de gestão administrativa e financeira.

SUMÁRIO

PARTE I
Introdução 01
As atividades de cultura e extensão diretamente executadas ou compartilhadas pela Pró-Reitoria de Cultura e Extensão Universitária 02
1.1 **Anexo 1** - Catálogo da Pró-Reitoria de Cultura e Extensão Universitária
1.2 Sistematização dos dados de 2003-2005 da Pró-Reitoria de Cultura e Extensão. Órgãos, órgão em fase de implantação, programas, eventos com periodicidade e publicações 02
1.3 Sistematização dos dados de 2003-2005. Cursos de Extensão Universitária ministrados pelas Unidades e Órgãos, órgão em fase de implantação, programas, eventos com periodicidade e publicações 07
PARTE II
Consolidação dos resultados da auto-avaliação na USP: as atividades de cultura e extensão (2003-2005) 10
Introdução 10
A recente valorização da extensão nas diretrizes governamentais e nas universidades brasileiras 11
A política de cultura e extensão na USP 15
1 A auto-avaliação dos departamentos 17
O material em análise: desafios e possibilidades 18
1.2 As atividades de cultura e extensão na USP 21
Oferta de cursos e disciplinas 21
Consultorias e assessorias 25
Assistência 28
Atividades culturais, artísticas e de divulgação de C&T 29
Sobre os Projetos coordenados pela PRCEU 30
Textos, material didático, equipamentos e produtos para a comunidade externa 31
Colaboração intra e interinstitucional: parcerias e convênios 31
1.3 Os princípios norteadores e a valorização da extensão 32
A relevância das atividades de extensão 33
1.4 Política, planejamento e gestão das atividades de extensão 36
2 A avaliação dos assessores externos 38
Aspectos favoráveis 38
Limitações 40
2.1 A apreciação dos assessores externos nas três grandes áreas 41
Ciências Biológicas 42
Ciências Exatas 43
Humanidades 47
2.2 Sugestões apresentadas pelos assessores externos 49
O âmbito interno dos departamentos 50
A visibilidade externa e o fortalecimento dos vínculos 52
A ação da Universidade 53
3 Os planos de metas das unidades 56
3.1 Objetivos, metas, ações e indicadores 56
Biológicas 57
Exatas 58
Humanidades 60
3.2 Apoio esperado dos órgãos centrais da USP 62
4 Recomendações 65
4.1 Melhorias e ações: órgãos centrais da USP e PRCEU 66
4.2 Melhorias e ações a serem implantadas por departamentos e unidades 73
Anexo 2 – Roteiros adotados no processo avaliativo 75
Anexo 3 - Tabelas: distribuição dos departamentos, agrupados por grandes áreas, segundo tópicos selecionados do roteiro de auto-avaliação 78

PARTE I

Introdução

Avaliar a Universidade é um processo complexo, face aos objetivos acadêmicos, mas essencial como um instrumento de auto-conhecimento e de indicação de caminhos que a orientem a efetivar a sua função social. Por meio dela redirecionamos as ações e redefinimos políticas.

Esse Relatório de Avaliação analisa atividades de cultura e extensão desenvolvidas pela Universidade de São Paulo durante o período de 2003 e 2005. Essas atividades se constituem em ações acadêmicas que envolvem concepção, produção, sistematização, transferência e difusão do conhecimento, além de envolverem a transmissão dos valores essenciais da vida acadêmica, devendo se pautar pela ética e excelência. Assim compreendidas é que as atividades de cultura e extensão universitária são concebidas como processo educativo, cultural e científico que integra o ensino e a pesquisa de forma indissociável e viabiliza a relação transformadora entre a Universidade e a sociedade. Nesse sentido, se constituem indutoras de novas práticas sociais.

Essas são as referências básicas que balizam as atividades de cultura e extensão na USP e que nortearam a avaliação dessas atividades. Reiterando, foi sob esse prisma que esse Relatório de Avaliação foi elaborado.

Face à diversidade e multiplicidade das ações de cultura e das atividades de extensão desenvolvidas pela Universidade – abrangendo desde a relação com o desenvolvimento de tecnologias até a relação com as artes – o processo de avaliação é bastante complexo. Acima de tudo, o exame das atividades se constitui num instrumento de auto-conhecimento e de indicação de caminhos que possam reorientar nossas práticas, afirmando aquelas frutuosas, bem como redirecionando aquelas que poderiam ter tido melhor desempenho, no sentido de garantir a excelência no desenvolvimento da integração entre ensino, pesquisa e extensão.

As atividades de cultura e extensão diretamente executadas ou compartilhadas pela Pró-Reitoria de Cultura e Extensão Universitária

1.1 Anexo 1 - Catálogo da Pró-Reitoria de Cultura e Extensão Universitária

1.2 Sistematização dos dados da Pró-Reitoria de Cultura e Extensão de 2003-2005. Órgãos, órgão em fase de implantação, programas, eventos com periodicidade e publicações.

Catálogos, Calendários e Outros Materiais de Divulgação

Item / Órgão	Tiragem		
	2003	2004	2005
a universidade e as profissões	260.000	270.200	240.000
calendário de cultura e extensão	85.000	85.000	96.000
cepa	9.200	11.000	10.000
ceuma	53.500	21.000	75.070
cinusp	20.000	13.800	18.700
coralusp	48.500	53.500	49.000
cpc	3.791	18.235	23.679
estação ciência	50.000	22.000	30.000
museu de ciências	50	--	1.000
nascente	45.508	25.000	26.500
osusp	20.000	25.300	12.000
parque cientec	5.000	10.000	5.000
ruínas engenho são jorge dos erasmos	--	--	3.500
são paulo - a cultura é presente	1.100	4.200	4.200
semana de arte e cultura	4.600	4.200	3.150
seminário de cultura e extensão	8.350	15.108	22.200
tusp	29.502	10.000	10.000
universidade aberta à terceira idade	28.000	23.000	20.000
total	**672.101**	**611.543**	**545.999**

Revistas, Livros e Boletins Informativos

Órgão	Tiragem		
	2003	2004	2005
ceuma	--	--	--
cinusp	--	--	10.000
cepa	796	--	--
cpc	32.948	15.040	6.200
estação ciência	4.000	2.000	4.200
osusp		--	13.000
parque cientec	7.400	13.000	10.000
prceu - gabinete	--	--	3.000
total	**45.144**	**30.040**	**46.400**

Apresentações, Espetáculos, Concertos e Sessões de Cinema

Item / Órgão	Público		
	2003	2004	2005
ceuma	2.097	1.847	1.400
cinusp	42.200	24.950	37.971
coralusp	28.287	28.522	45.092
cpc	400	1.265	2.245
estação ciência	8.559	10.947	30.084
nascente	4.400	--	1.348
ocam	9.430	--	24.000
osusp	30.000	30.100	31.490
parque cientec	1.731	700	800
tusp	17.414	11.780	12.275
total	**144.518**	**110.111**	**160.505**

Palestras e Conferências

Órgão	Público		
	2003	2004	2005
cepa	60	2.100	1.600
ceuma	2.269	4.021	5.825
cinusp	1.200	1.330	1.864
coralusp	--	--	--
cpc	40	1.360	615
estação ciência	1.987	2.334	1.021
museu de ciências	25	--	--
osusp	300	500	--
parque cientec	305	196	709
tusp	--	--	--
total	**6.186**	**11.841**	**10.034**

Visitas Orientadas

Item / Órgão	Público 2003	Público 2004	Público 2005
v feira de profissões campi interior de pirassununga	--	--	3.000
a universidade e as profissões	8.013	11.526	13.976
cepa	240	1.500	--
ceuma	2.823	14.778	4.580
cpc	885	2.155	2.643
estação ciência	64.185	66.916	165.045
parque cientec	7.749	11.831	7.706
ruínas engenho são jorge dos erasmos	--	698	2.920
visitas ao campus nos finais de semana	--	8.472	26.000
total	**83.895**	**117.876**	**225.870**

Eventos

Evento / Órgão	Público 2003	Público 2004	Público 2005
cepa	278	20.000	10.000
ceuma	14.353	6.801	35.741
cpc	190	6.741	1.507
encontro de gerações	700	600	1.280
estação ciência	10.000	1.460	6.400
museu de ciências	50	--	--
parque cientec	80	2.246	--
são paulo - a cultura é presente	5.815	7.770	6.020
semana de arte e cultura	19.854	8.539	28.738
seminário de cultura e extensão	1.208	1.093	887
tusp	960	1.070	--
universidade aberta à terceira idade	6.278	--	7.551
total	**59.766**	**56.320**	**91.724**

Sessões de Vídeo

Órgão	Público 2003	Público 2004	Público 2005
cinusp	--	--	1.050
estação ciência	2.884	14.934	1.860
parque cientec	--	--	175
total	**2.884**	**14.934**	**3.085**

Exposições

Item / Órgão	Público 2003	2004	2005
ceuma	43.643	11.252	10.770
cpc	--	623	1.790
estação ciência	200.000	186.227	205.000
mostra de cultura e extensão (seminário de cultura e extensão)	--	--	2.500
museu de ciências	--	--	600
nascente	500	400	450
parque cientec	3.073	2.859	4.033
universidade aberta à terceira idade	--	--	--
total	**247.216**	**200.961**	**224.963**

Cursos de Difusão

Órgão	Nº de Cursos 2003	2004	2005
cepa	1	--	--
ceuma	12	13	17
cinusp	--	--	--
cpc	--	1	1
estação ciência	2	1	--
osusp	2	2	--
parque cientec	4	1	--
total	**21**	**18**	**18**

Cursos de Difusão

Órgão	Nº de Alunos 2003	2004	2005
cepa	30	--	--
ceuma	11.921	1.583	2.640
cinusp	--	--	--
cpc	--	50	59
estação ciência	240	35	--
osusp	28	29	--
parque cientec	129	35	--
total	**12.348**	**1.732**	**2.699**

Oficinas Culturais e de Extensão

Órgão	Público		
	2003	2004	2005
ceuma	1.033	234	900
cpc	45	200	20
estação ciência	680	1.748	--
parque cientec	16	--	--
tusp	60	60	435
total	**1.834**	**2.242**	**1.355**

Fundo de Cultura

Ano	Quantidade de Projetos Aprovados
2003	220
2004	202
2005	175

1.3 Sistematização dos dados de 2003-2005. Cursos de Extensão Universitária ministrados pelas Unidades e Órgãos, órgão em fase de implantação, programas, eventos com periodicidade e publicações.

CURSOS DE EXTENSÃO - NATUREZA DO CURSO – ANO 2003

UNIDADE	Especialização	Aperfeiçoamento	Atualização	Difusão	TOTAL
CDCC	--	1	2	6	9
CEBIMAR	--	--	1	3	4
CECAE	--	--	--	20	20
CENA	--	--	1	2	3
ECA	6	--	5	67	78
EE	6	--	4	1	11
EEFE	--	1	2	6	9
EERP	18	--	4	3	25
EESC	2	--	3	4	9
EP	2	--	42	--	44
ESALQ	14	3	7	59	83
FCF	1	--	8	3	12
FCFRP	--	--	1	7	8
FD	25	--	1	1	27
FE	--	1	1	10	12
FEA	--	--	--	5	5
FFCLRP	23	--	3	26	52
FFLCH	2	--	--	72	74
FM	14	--	7	5	26
FMRP	3	6	2	5	16
FMVZ	--	--	--	2	2
FO	--	--	--	3	3
FOB	6	2	2	1	11
FORP	4	4	5	14	27
FSP	19	--	33	6	58
HRAC	--	6	1	--	7
HU	1	--	1	--	2
IAG	--	--	--	13	13
IB	--	--	6	9	15
ICB	2	--	3	2	7
ICMC	--	--	7	12	19
IEA	--	--	3	--	3
IEB	1	--	--	2	3
IEE	--	--	1	4	5
IF	--	--	1	--	1
IGc	--	--	3	6	9
IME	6	19	3	32	60
IO	--	--	1	7	8
IP	1	4	10	9	24
IQ	--	--	1	1	2
IQSC	--	--	1	5	6
MAC	--	--	--	3	3
MAE	--	--	1	4	5
MZ	--	--	--	2	2
Pró-Reitoria Pesquisa	3	--	--	2	5
		TOTAL			827

CURSOS DE EXTENSÃO - NATUREZA DO CURSO – ANO 2004

UNIDADE	Especialização	Aperfeiçoamento	Atualização	Difusão	TOTAL
CDCC	--	--	--	6	6
CEBIMAR	--	--	--	1	1
CECAE	--	--	--	8	8
CENA	--	--	--	2	2
ECA	7	1	3	51	62
EE	3	--	1	2	6
EEFE	--	--	--	3	3
EERP	6	--	2	--	8
EESC	1	--	2	25	28
EP	79	4	12	5	100
ESALQ	10	20	2	45	77
FCF	3	--	4	1	8
FCFRP	--	--	--	2	2
FD	2	--	--	2	4
FE	--	1	5	8	14
FEA	--	1	--	1	2
FEA-RP	--	--	--	1	1
FFCLRP	--	2	1	19	22
FFLCH	1	--	2	68	71
FM	14	4	5	7	30
FMRP	2	3	1	13	19
FMVZ	1	--	--	5	6
FO	3	--	2	1	6
FOB	6	3	--	1	10
FORP	5	4	2	22	33
FSP	11	--	25	14	50
HRAC	--	5	--	--	5
HU	1	--	--	--	1
IAG	--	--	--	10	10
IB	--	--	3	6	9
ICB	1	2	3	--	6
ICMC	--	--	1	13	14
IEA	--	--	3	--	3
IEB	--	--	--	1	1
IEE	--	--	--	4	4
IGc	--	1	--	4	5
IME	--	6	3	48	57
IO	--	--	1	2	3
IP	3	1	11	6	21
IQ	--	--	2	--	2
MAC	1	--	--	5	6
MZ	--	--	--	1	1
Pró-Reitoria Pesquisa	2	--	--	--	2
		TOTAL			729

CURSOS DE EXTENSÃO - NATUREZA DO CURSO – ANO 2005

UNIDADE	Especialização	Aperfeiçoamento	Atualização	Difusão	TOTAL
CDCC	--	--	--	4	4
CEBIMAR	--	--	--	3	3
CECAE	--	--	--	1	1
CENA	--	--	--	2	2
ECA	5	1	1	16	23
EE	3	--	1	2	6
EEFE	--	1	--	1	2
EERP	2	--	1	1	4
EESC	--	--	2	11	13
EP	40	--	1	7	48
ESALQ	7	2	2	16	27
FCFRP	--	--	--	1	1
FD	1	--	--	2	3
FE	1	--	2	3	6
FEA	3	--	1	--	4
FEARP	--	--	--	3	3
FFCLRP	--	1	2	2	5
FFLCH	--	--	7	179	186
FM	1	--	3	2	6
FMRP	2	1	1	10	14
FMVZ	1	--	1	4	6
FO	--	--	--	1	1
FOB	3	2	--	--	5
FORP	2	3	2	12	19
FSP	6	--	6	12	24
HU	1	--	1	8	10
IAG	--	--	--	5	5
IB	--	--	1	5	6
ICB	--	--	1	4	5
ICMC	--	--	--	13	13
IEB	1	--	--	1	2
IEE	1	--	--	--	1
IF	--	--	2	--	2
IME	--	--	--	13	13
IO	--	--	--	3	3
IP	1	2	7	--	10
IQ	--	--	3	--	3
MAC	1	--	--	--	1
RUSP	--	--	--	15	15
		TOTAL			505

Parte II

Consolidação dos resultados da auto-avaliação na USP: as atividades de cultura e extensão (2003-2005)

Maria Teresa Citeli[1]

Introdução

Esta segunda parte do relatório[2] toma como objeto de análise os dados sobre cultura e extensão obtidos de 2003 a 2005 junto aos 199 departamentos, vinculados a 36 unidades de ensino e pesquisa da USP, no âmbito do processo de avaliação institucional da Universidade de São Paulo, promovido em consonância com as diretrizes estabelecidas pela Deliberação 004/2000 do Conselho Estadual de Educação.

A coleta dos dados foi realizada ao longo dos últimos dois anos por meio de instrumentos elaborados pelas instâncias da USP responsáveis pela avaliação. O processo avaliativo foi coordenado e conduzido pela CPA - Comissão Permanente de Avaliação, instalada junto à Vice-Reitoria da USP. Essa instância foi responsável tanto por sensibilizar e estimular a comunidade para participação no processo como por promover eventos, a partir de 2003, para a discussão das atividades de auto-avaliação. Também ficaram a cargo da CPA o apoio técnico à formação de agentes multiplicadores e facilitadores e a elaboração dos instrumentos de coleta de dados qualitativos, por meio de diferentes roteiros de avaliação, compreendendo: 1) auto-avaliação; 2) roteiros preenchidos por assessores externos que visitaram os departamentos; 3) plano de metas das unidades.

Os relatórios de auto-avaliação dos departamentos e unidades foram realizados com base em roteiros bastante similares, divididos em blocos de questões abertas buscando recolher dados qualitativos referentes a seis aspectos: informações gerais; ensino de graduação; ensino de pós-graduação; pesquisa; cultura e extensão; e informações adicionais.

---

[1] Professora no DPCT – Departamento de Política Científica e Tecnológica, Instituto de Geociências, Unicamp.

[2] O presente relatório de avaliação contou com a colaboração do assistente de pesquisa Eron de Almeida.

Os planos de metas dos departamentos e unidades foram estabelecidos com base em roteiros que contemplavam nove questões; vinham acompanhados de duas planilhas, uma para registrar indicadores ou formas de acompanhamento do plano de metas e outra para estabelecer as ações relacionadas a cada objetivo.

Os roteiros destinaram-se ao registro da avaliação feita por comissões, geralmente compostas de dois avaliadores externos, que realizaram visitas aos departamentos.

O presente relatório consiste na consolidação das informações qualitativas sobre a área de cultura e extensão. Foi elaborado no período de dois meses (8 de setembro a 30 de novembro de 2005), com base em contrato que prevê exclusivamente a análise dos seguintes documentos: 1) relatórios de auto-avaliação dos departamentos, elaborados a partir do roteiro que consta do Anexo 2; 2) a avaliação dos departamentos produzida pelos assessores externos; e 3) planos de metas das unidades.

A sistematização dos dados foi precedida pela leitura de documentos — diretrizes governamentais, programas de apoio, fóruns de discussão e experiências relativas às atividades de cultura, extensão universitária e prestação de serviços à comunidade.

A estrutura do presente relatório segue o roteiro sugerido pela Vice-Reitoria da USP, prevendo a seguinte distribuição de capítulos: 1) resultados das auto-avaliações dos departamentos; 2) das avaliações dos assessores externos; 3) dos planos de metas das unidades e; 4) recomendações.

A recente valorização da extensão nas diretrizes governamentais e nas universidades brasileiras

Embora as atividades de cultura e extensão façam parte da tradição das universidades públicas brasileiras, essa dimensão da vida acadêmica permaneceu por muito tempo parcialmente invisível e à margem da formalização, normatização, infra-estrutura, avaliação e valorizações atribuídas a outras dimensões do trabalho acadêmico.

Recentemente, embora em âmbitos restritos, os debates em torno das atividades extensionistas estão sinalizando a urgência de consolidar

mecanismos que permitam reconhecer, valorizar, regulamentar e avaliar essa dimensão como parte importante da vida acadêmica, para evitar que tais atividades permaneçam marginalizadas dos processos institucionais de apoio, planejamento, incentivo e avaliação. De um modo geral, vem se fortalecendo a convicção de que tais atividades contribuem significativamente para o desenvolvimento científico e tecnológico, social, econômico, cultural e político do país, além de serem relevantes para a superação das desigualdades sociais e das discriminações que atingem diferentes segmentos populacionais. Enfatiza-se, também, que as atividades extensionistas têm conseqüências que resultam em benefícios para a própria instituição universitária, ao promover sua visibilidade externa pela circulação de conhecimentos e tecnologias produzidos, bem como ao atrair recursos financeiros (públicos ou privados) que realimentam novas atividades de pesquisa, ensino e extensão, no âmbito da graduação e da pós-graduação.

O princípio, recorrente em todos os documentos consultados, de que as atividades de extensão devem ocorrer de forma integrada com o ensino e a pesquisa, consta no artigo 207 da Constituição Brasileira de 1988, sendo também invocado no Artigo 9 do Decreto presidencial 2.306, de 1997, que regulamenta o sistema federal de ensino. Ainda no plano legal, as ações extensionistas também integram o Artigo 43 da Lei de Diretrizes e Bases, dentre as finalidades da educação superior, com vistas a: estimular o conhecimento dos problemas do mundo presente, prestar serviços especializados à comunidade e estabelecer com esta uma relação de reciprocidade; promover a extensão, aberta à participação da população, visando à difusão das conquistas e benefícios resultantes da criação cultural e da pesquisa científica e tecnológica geradas na instituição.

Nos anos subseqüentes, esses princípios contidos nas diretrizes legais manifestam-se e tornam-se mais explícitos sobretudo no Plano Nacional de Extensão (PNE), lançado em 1999 pela Sesu – Secretaria de Educação Superior do MEC, em resposta às propostas apresentadas pelo Fórum Nacional de Pró-Reitores de Extensão das Universidades Públicas Brasileiras.

O PNE, bastante audacioso em seus objetivos, metas e perspectivas nacionais de avaliação, merece ser tomado como uma síntese das expectativas e

demandas institucionais em torno dessa temática. Duas características emergem de sua análise: a primeira refere-se à explicitação dos desafios e peculiaridades que envolvem tanto a realização e o financiamento das atividades de extensão quanto as propostas de avaliação deste segmento; a segunda consiste na reiteração de expressões consagradas no repertório discursivo sobre o assunto, repetidas como um mantra nos vários documentos e relatórios consultados, destacadas a seguir.

Segundo o PNE, a extensão é uma "prática acadêmica que **interliga** a universidade, nas suas atividades de **ensino e** de **pesquisa**, com as demandas da maioria da população". Também se observa um apanhado geral das ênfases atribuídas à extensão, tomadas como objetivos do próprio plano: contribuir para a formação do aluno, a qualificação do professor e o intercâmbio com a sociedade, o que implica relações **multi**, **inter** ou **transdisciplinares;** ampliar a oferta de oportunidades e melhorar a **qualidade da educação**, aí incluindo a **educação continuada** a distância; incluir atividades voltadas para a produção e preservação cultural e artística como relevantes para o desenvolvimento nacional e regional; **valorizar programas interinstitucionais sob a forma de consórcios, redes ou parcerias**, e as atividades voltadas para o intercâmbio e para a solidariedade nacional e internacional; criar condições para a participação da universidade na **elaboração das políticas públicas** voltadas para a maioria da população; possibilitar novos meios e processos de produção, inovação e transferência de conhecimentos, permitindo a ampliação do acesso ao saber e do desenvolvimento tecnológico e social do país.

Por sua vez, as metas estabelecidas nesse mesmo plano, para serem cumpridas até 2002, também podem ser tomadas como expressão das preocupações em debate naquele período: inclusão das instituições públicas de ensino superior na Rede Nacional de Extensão (Renex); definição de linhas prioritárias de extensão nos planos de desenvolvimento institucional das universidades; consolidação do Sistema de Informação sobre Extensão Universitária; elaboração de uma proposta de Programa Nacional de Avaliação da Extensão Universitária das universidades brasileiras, a ser apoiado e financiado pela Secretaria de Ensino Superior do MEC; proposição de

indicadores quantitativos e qualitativos de extensão na avaliação do desempenho docente e das unidades acadêmicas; proposição e implementação de formas de apoio ao desenvolvimento, inovação e transferência de tecnologia; instituição, com base no Plano Nacional, de um programa de fomento à extensão, com previsão de recursos para custeio e bolsas de extensão.

Foge do escopo do presente relatório avaliar o cumprimento das metas constantes do PNE – das quais a de mais visível alcance parece ter redundado no atual Proext – Programa de Apoio à Extensão Universitária Voltado às Políticas Públicas, do MEC, dirigido às instituições públicas de ensino superior. Importa sim salientar que o PNE, junto com as propostas contidas em documento do GT Avaliação da Extensão Universitária, do Fórum de Pró-Reitores disponível no *website* da Renex, são a fonte dos principais elementos conceituais, práticos e estratégicos que vigoram atualmente nos regimentos e em outros documentos das universidades públicas brasileiras. Tais propostas de valorização, aperfeiçoamento, formalização e avaliação dos processos e atividades de extensão apontam para a necessidade urgente de ações em diferentes níveis. No plano dos poderes executivos (federal e estadual, ministérios e secretarias) e das agências de fomento, esses documentos apontam para a premente necessidade de superar a inexistência (ou escassez) de mecanismos normatizadores, bem como de financiamento e avaliação. No âmbito interno das instituições de ensino superior (IES), também são apontados os seguintes fatores que poderiam contribuir para impulsionar e aperfeiçoar a prática de extensão: conceituação clara do que se entende por extensão; delimitação, conceituação e normatização de tipologias e das inúmeras modalidades de extensão, por meio de regimentos, portarias e planos; formalização de instâncias e/ou colegiados responsáveis pelas políticas de extensão atuantes em diferentes níveis da estrutura organizacional das universidades; definição de políticas institucionais com explicitação de metas e prioridades; valorização da execução dessas atividades nas carreiras docentes e técnico-administrativas; programas de fomento; incentivos à articulação das atividades de extensão com as de ensino e pesquisa.

Todos esses esforços recentes, pode-se dizer da última década, de valorização das atividades de extensão, ainda não resultaram em consolidação conceitual e construção de indicadores ou experiências efetivas de avaliação. Nesse contexto, a experiência da USP nos últimos três anos, de normatizar, criar colegiados próprios de extensão em diferentes níveis e, sobretudo, de incluir as atividades de extensão no amplo processo de avaliação realizado de 2003 a 2004 pode ser considerada pioneira e vir a contribuir para que, no futuro, sejam estabelecidos indicadores consistentes, orientações eficazes e planejamento efetivo.

A política de cultura e extensão na USP

Nos últimos três anos, os órgãos centrais da USP, sobretudo a Pró-Reitoria de Cultura e Extensão (PRCEU – doravante assim referida), emitiram sete resoluções que se complementam na definição e normatização das atividades, bem como na proposta de formalização e definição de atribuições dos colegiados de cultura e extensão em diferentes níveis.

O Regimento de Cultura e Extensão Universitária da USP (Resolução 4940, 2002) reflete os principais aspectos do referido debate sobre a ação extensionista contidos nas diretrizes do MEC tal como expressas na LDB e no PNE de Extensão (Sesu/ MEC, 1999). Em seu artigo 1º, esse Regimento define cultura e extensão como "um processo educativo, cultural e científico que integra o ensino e a pesquisa de forma indissociável e viabiliza a relação transformadora entre a universidade e a sociedade". Tais atividades, prossegue o documento (artigo 2º), devem "preservar e ampliar o patrimônio cultural, quer material ou imaterial, valorizar os marcos e as manifestações culturais e incentivar novas formas de manifestações artísticas e culturais, estimulando a adoção de uma postura crítica na universidade". O artigo 3º incide sobre o objetivo de estender à sociedade as atividades de extensão indissociáveis do ensino e da pesquisa.

Esse documento, bem como resoluções posteriores, versam também sobre pontos que contribuem para a avaliação favorável da política de gestão das atividades de cultura e extensão na USP, no plano formal. Trata-se, especificamente, de dois aspectos muito relevantes: 1) a definição de instâncias colegiadas (conselhos, comissões e câmaras) para deliberar e

incentivar ações de extensão; 2) a listagem e definição de um conjunto de 28 atividades relativas a essa dimensão do trabalho universitário, agrupadas em cinco grandes itens.

Esse trabalho conceitual, normatizador das atividades e das instâncias de gestão política e administração do exercício da extensão, traduz a importância atribuída pelas instâncias da USP responsáveis pela extensão.

Sabe-se, entretanto, que o contexto de valorização recente dessa importante vertente da vida universitária apresenta inúmeros desafios a serem superados, num campo marcado pela heterogeneidade das atividades realizadas, dos interesses internos e externos envolvidos, dos recursos captados e alocados, da relação com o setor privado, e das culturas vigentes em diferentes campos disciplinares.

É notório também que, apesar de todas as expectativas e possibilidades que pesam recentemente sobre as atividades de extensão, estas ainda não gozam do prestígio e das recompensas formais atribuídos às duas outras atividades – ensino e pesquisa – tidas como precípuas no âmbito interno das universidades.

Por isso, e por tantos outros fatores, a avaliação das atividades de extensão ainda se ressente da escassa experiência e da falta de indicadores consolidados, o que precisa ser superado de modo a definir focos de avaliação, dimensões e categorias a serem avaliadas, com base em parâmetros que garantam a confiabilidade dos dados obtidos e delimitem a análise empreendida.

1 A auto-avaliação dos departamentos

A sistematização dos dados em análise no presente relatório foi precedida de duas reuniões com membros da PRCEU, para levantar suas expectativas em relação ao trabalho de consolidação do material em análise. Essa foi também a oportunidade para recolher informações sobre as resoluções emitidas nos últimos cinco anos pelos órgãos centrais da USP e pela PRCEU com o objetivo de normatizar as atividades, os processos e a gestão das atividades de extensão na Universidade, tomados como elementos básico na análise dos dados coletados no processo avaliativo.

O presente relatório, como mencionado, consiste na consolidação e análise das informações contidas no material coletado pela CPA – Comissão Permanente de Avaliação: 1) relatórios de auto-avaliação preenchidos pelos 199 departamentos; 2) relatórios de avaliação elaborados pelos assessores externos em visita aos departamentos e 3) os planos de metas elaborados pelas 36 unidades.

Os dados foram coletados de 2003 a 2004, por meio dos três instrumentos mencionados, armazenados no Sistema de Avaliação Institucional da USP. O acesso se deu pela internet, mediante senha, e descarregados em diversos arquivos *word*, subdivididos de acordo com as três grandes áreas do conhecimento (Biológicas, Exatas e Humanidades). Juntos, esses documentos perfazem cerca de 3.000 páginas e quase um milhão de palavras, o que permite estimar que, em média, cada departamento escreveu cerca de 15 páginas, entre relatório de auto-avaliação e plano de metas.

A primeira aproximação com o material em análise se deu por meio da leitura e busca de sistematização das informações prestadas por 20 departamentos das três grandes áreas do conhecimento, o que permitiu vislumbrar a enorme diversidade de interpretações do roteiro, o caráter vago e, freqüentemente, incompleto, das informações fornecidas.

Tendo em vista que tanto os processos avaliativos quanto a valorização, conceituação e normatização das atividades de extensão são muito recentes nas universidades brasileiras, pode-se afirmar que o processo de avaliação da USP produziu o mais completo manancial de informações disponível no Brasil

sobre atividades e políticas de extensão. Potencializado pela reconhecida competência dos integrantes da comunidade USP (corpo docente, discente e administrativo), isso se reflete na diversificada gama de ações culturais e de extensão a entidades públicas, privadas e associações da sociedade civil, beneficiando muitos setores da sociedade brasileira, alcançando também o plano internacional. Destaca-se também a generalizada adesão dos departamentos à proposta de avaliar as atividades, ações, políticas e processos relativos à extensão, demonstrada no preenchimento dos relatórios pela grande maioria dos departamentos.

O material em análise: desafios e possibilidades

O roteiro para a auto-avaliação das atividades de extensão dos 199 departamentos (ver Anexo 2) consiste em 14 questões bastante amplas, de caráter qualitativo, contemplando três grandes blocos: aspectos gerais, atividades realizadas e planejamento, obedecendo uma seqüência similar à do roteiro adotado para avaliar as atividades de ensino e pesquisa. A despeito da similaridade entre os roteiros, algumas diferenças sobressaem quando se compara com o roteiro proposto para outras dimensões da vida acadêmica cuja avaliação tem, comparativamente com extensão, um acúmulo relativamente maior de experiência: verifica-se que estes contemplam aspectos relativos a categorias, dimensões e indicadores, já consolidados e tidos como clássicos na avaliação. Por exemplo, o roteiro construído para a avaliação do ensino de graduação solicitava informações definidas e mensuráveis, tais como número de cursos e disciplinas, aumento do número de vagas, evasão de alunos, políticas para reduzir a evasão etc. Isso é preciso ser dito para salientar que, na avaliação das atividades de extensão, até por sua grande diversidade, ainda não estão definidas e consolidadas as dimensões, categorias e medidas que merecem ser contempladas. Esses aspectos de âmbito muito geral, que não dizem respeito especificamente à USP, limitam consideravelmente as possibilidades de avaliação das atividades de extensão, no sentido clássico em que é empregado.

A abrangência temporal coberta pela avaliação e planejamento — atividades realizadas nos últimos 10 anos e planos de metas para os próximos 5 e 10 anos (médio e longo prazo) — também pode ser considerada um fator

limitador, porque de um lado inclui uma gama de atividades que já foram abandonadas (ou descontinuadas, como preferem alguns) e, de outro, exige uma grande capacidade prospectiva, que é dificultada sobretudo porque as exigências de planejamento político e de gestão ainda são muito recentes na vida dos departamentos e unidades da Universidade.

A ênfase na coleta de dados qualitativos desarticulada de informações quantitativas – que constam dos sistemas de registros da USP –, assim como a interpretação baseada exclusivamente nas informações contidas nos relatórios de auto-avaliação também contribuem para limitar as possibilidades de análise do material.

A sistematização dos dados levou em consideração seis importantes características do material em análise: 1) o grande volume de informações; 2) a dispersão das diferentes informações solicitadas pelos 14 campos das questões, o que gerou entendimentos diferentes de cada responsável por seu preenchimento; 3) a heterogeneidade de natureza das informações solicitadas acerca de cada atividade ("demanda" dos cursos, "importância" das consultorias – mas não demanda etc.); 4) a diferença nos graus de concisão ou detalhamento nas respostas e de compreensão das questões do roteiro; 5) o escasso conhecimento, por parte dos relatores, a respeito das normas e definições contidas no Regimento de Extensão, que fôra expedido pouco antes (menos de um ano) do preenchimento dos roteiros pelos departamentos; 6) a diversidade de estratégias adotadas pelos departamentos para cobrir o período de 20 anos (atividades nos últimos 10 anos e planejamento para os próximos 10 anos), que variou entre dois extremos, desde a referência genérica a atividades realizadas e pretendidas até a listagem detalhada de cursos, publicações, espetáculos realizados e demais atividades, discriminadas por ano.

Mercê do prazo de dois meses estipulado para a conclusão do presente relatório e do volume de informação recolhida, fez-se necessário criar uma metodologia de sistematização de dados que permitisse captar as principais tendências, de modo a delinear um panorama com base nos temas centrais contemplados pelos instrumentos de coleta de dados.

O caminho encontrado para lidar com material tão diversificado e heterogêneo (do ponto de vista conceitual, prático, político e de qualidade de informação) foi o de privilegiar, de um lado, uma codificação que permitisse classificar os dados de modo a traçar diagnósticos preliminares e abrangentes da extensão na USP (em seus 199 departamentos) e, de outro, registrar em campo aberto as particularidades mais relevantes contidas no material. Adotou-se, então, a combinação de metodologias qualitativas e quantitativas, codificando um grande volume de dados qualitativos para transformá-los em informações quantitativas e, ao mesmo tempo, conservando as informações qualitativas mais relevantes.

Os dados qualitativos e quantitativos foram registrados numa base informatizada, que permite cruzamentos múltiplos dos registros codificados e dos campos abertos para registros de dados qualitativos.

A sistematização dos dados contidos nos roteiros de auto-avaliação dos departamentos foi elaborada de modo a captar as principais tendências relativas a quatro eixos fundamentais nas discussões recentes, nas normatizações sobre as políticas de extensão e nos roteiros de auto avaliação: 1) registro da gama de atividades de cultura e extensão referidas pelos departamentos e das principais contribuições da Universidade para o desenvolvimento do país, atendendo à demanda de diferentes instituições e atores sociais; 2) a cooperação da Universidade com diferentes instituições nacionais e estrangeiras e; 3) a valorização das atividades contemplando aspectos do planejamento – objetivos, metas, políticas; 4) os impulsos e obstáculos para o avanço das atividades extensionistas na USP, bem como os apoios esperados dos órgãos centrais para superar as dificuldades e potencializar os resultados.

Para tanto, a tabela de codificação foi montada de forma a atender à estrutura de tópicos propostos acima, prevendo campos abertos para o registro de informações relevantes que não pudessem ser captadas pelos códigos propostos.

1.2 As atividades de cultura e extensão na USP

O roteiro de auto-avaliação solicitava aos departamentos informações sobre cinco modalidades de atividades de extensão: 1) cursos e disciplinas; 2)

consultorias e assessorias; 3) atividades assistenciais, culturais e de divulgação de ciência e tecnologia (C&T); 4) projetos em colaboração com outros departamentos e unidades da própria USP, com outras instituições, convênios firmados; 5) textos, materiais didáticos, equipamentos e produtos voltados para a comunidade externa. Considerando o Regimento de Extensão da USP — Resolução 4940, principal documento que regulamenta a cultura e a extensão na USP, atualizado e complementado por mais quatro resoluções emitidas em 2003 e 2005 —, essas são efetivamente as principais atividades de extensão.

O conteúdo dos roteiros preenchidos, doravante referidos como relatórios de auto-avaliação dos departamentos, permite observar que um contingente significativo deles, sobretudo aqueles menos envolvidos com a extensão, ainda não estavam a par das definições contidas na regulamentação. Esse desconhecimento refletiu-se nas respostas de diferentes maneiras, como será comentado adiante, nos respectivos tópicos.

Oferta de cursos e disciplinas

O roteiro de auto-avaliação contém um item (5.2.1) que solicita **relacionar os principais cursos** e/ou disciplinas de extensão, especialização e divulgação e suas respectivas demandas. A possibilidade de consolidar informações confiáveis e abrangentes sobre a modalidade de cursos ministrados pelos departamentos nas três grandes áreas do conhecimento ficou bastante comprometida. Primeiro porque não se tratava de um levantamento exaustivo, o que levou cada respondente a adotar critérios muito diferentes para atender à questão. Boa parte deles não atentou para o caráter qualitativo do relatório e, por isso, relacionou uma lista infindável de cursos ministrados nos últimos dez anos. Dentre esses, alguns relacionavam o nome e o ministrante do curso e, às vezes, até a quantidade de alunos, mas deixavam de especificar qual era a modalidade de curso oferecido.

O Regimento de Extensão — publicado em 2002, pouco antes da elaboração dos relatórios— juntamente com as resoluções complementares, de 2003 e 2005, seguem os parâmetros nacionais e são explícitos ao definir a natureza, os requisitos, a carga horária etc. exigidos para cada modalidade de curso oferecido, como mostra o Quadro 1.

São dignas de nota as imprecisões nos relatórios dos departamentos, ao indicarem as modalidades de cursos que oferecem. Não foram poucos os que dedicaram muitas páginas do relatório (e horas de trabalho para registrar!) inúmeros cursos ministrados, referidos vagamente como "cursos de extensão" sem qualquer referência à modalidade, benefícios financeiros auferidos e menos ainda ao público-alvo beneficiado – esta última informação com a atenuante de que sequer era solicitada no roteiro.

Quadro 1 Cursos de extensão conforme regulamentação da PRCEU/USP

Modalidade, carga horária mínima/ duração	Objetivo	Público-alvo	Ministrante
Especialização Aulas: 360 horas; Monografia: 40 horas, mín. um ano e máx. dois anos	qualificar profissionais em campo determinado de conhecimento	alunos graduados	docentes USP (min. 50% da carga horária) e especialistas externos
Aperfeiçoamento 180 horas	aprofundar conhecimentos em campo determinado	alunos graduados	docentes USP (min. 50% da carga horária) e especialistas externos
Atualização 30 horas	difundir o progresso do conhecimento em determinadas áreas ou disciplinas	alunos graduados	docentes USP (min. 50% da carga horária) especialistas externos (excepcionalmente)
Difusão não especificada	atividades de divulgação artística, cultural, científica, técnica, tecnológica ou desportiva	público em geral, sem exigência de escolaridade mínima	docentes USP (min. 50% da carga horária); especialistas externos (excepcionalmente)

Fonte: Resoluções USP 4940 (2002); 5007 (2003); 5072 (2005); 5194 (2005)

Essas imprecisões impossibilitaram registrar quais as modalidades de cursos oferecidos nos departamentos e unidades e, conseqüentemente, avaliar a distribuição dessas atividades por unidade ou grande área do conhecimento.

Ademais, sabe-se que, segundo o regimento, os cursos – como quase todas as atividades – de extensão devem ser aprovados pelas instâncias centrais antes de serem oferecidos. Tais instâncias devem então ter um registro das modalidades oferecidas pelos departamentos. Fica, pois, uma pergunta: se as informações sobre os cursos de extensão, por modalidade e público atendido, estão registradas em algum lugar, qual seria o objetivo dessa questão do roteiro? Ou, de outra maneira, qual seria a pretendida contribuição dessa resposta para a avaliação?

Consideradas essas ressalvas, passa-se ao registro da distribuição e freqüência dos departamentos que oferecem cursos de extensão – na maior parte dos casos referidos de modo genérico como "cursos de extensão". A sistematização das respostas (Tabela 1, no Anexo 3) mostra que cerca de

90% dos departamentos ministram alguma modalidade de curso de extensão. Essa atividade é mais freqüente nos departamentos da área de Biológicas (93,4% dos departamentos), embora níveis elevados também sejam registrados nas Exatas (88,7%) e nas Humanidades (82,5%).

Apesar de nem todos os departamentos indicarem os segmentos populacionais ou instituições beneficiados e/ou demandantes dos cursos de extensão oferecidos, foi muito expressiva a referência a cursos oferecidos para professores da rede pública de ensino básico, municipal e estadual – os mais mencionados dentre os beneficiários de cursos de extensão. Na área de Biológicas, os relatórios referem-se a inúmeros cursos, alguns com nomes muito sugestivos como "Imunologia detrás do cotidiano" e "As células, o genoma, e você, professor". Nas Exatas, onze departamentos referiram ter ministrado cursos de atualização (prática e teórica), capacitação e difusão de Matemática, Física, Ciências e Química, alguns deles oferecidos consistentemente ao longo dos últimos dez anos. Na área de Humanidades — além dos departamentos da Faculdade de Educação que mantêm programas incluindo inúmeros cursos e treinamentos para profissionais da educação infantil, ensino fundamental e médio —, um curso semi-presencial da ECA usando tecnologia digital atendeu a 455 escolas municipais de São Paulo; outro programa (na FFLCH) integra cursos de extensão com pesquisas que resultam em dissertações e teses.

Profissionais de instituições públicas, secretarias estaduais, de quase todos os estados brasileiros e ministérios, de diversos países da América Latina, nas áreas da Medicina, Odontologia, Enfermagem, Engenharia, Economia, dentre outras, passaram por cursos de atualização e especialização. Nas duas escolas de Enfermagem (capital e Ribeirão Preto) convênios com ministérios e com instituições de outros países da América Latina garantiram a oferta de cursos de formação para profissionais atuantes nos serviços públicos. Dentre os cursos que promoveram interação internacional destacam-se: cursos em colaboração com universidades estrangeiras, contratados por organismos internacionais, como o Banco Mundial, cursos a distância oferecidos para alunos de países de língua espanhola e portuguesa. Nas Exatas e Humanidades, departamentos relatam ministrar cursos de MBA e de especialização oferecidos tradicionalmente há muitos anos, formando milhares de profissionais de áreas

específicas.

Nos relatórios dos departamentos das três grandes áreas, são encontrados relatos de que os cursos de extensão propiciam a integração entre graduação e pós-graduação, extensão e pesquisa. Cursos de extensão são pensados como estratégia para atrair bons alunos, prepará-los para a seleção do mestrado e doutorado, ou para "aumentar a exposição dos docentes e de suas competências ao meio industrial, atuando portanto como divulgação da capacidade de pesquisa e desenvolvimento instalados no Departamento".

Considerando a relevância e os bons resultados dos empreendimentos que promovem a interação interna ou inter-institucional, e mais ainda o potencial atribuído às atividades de extensão para promover tal interação e integração, buscou-se registrar quantos departamentos informaram espontaneamente (porque o roteiro não solicitava) as parcerias e colaborações estabelecidas. Dentre os 179 departamentos que ministraram algum tipo de curso, 93 deles, ou seja, cerca de 52%, o fizeram estabelecendo algum tipo de parceria ou articulação interna ou externa, como mostra a Tabela 2. A interação com outras unidades da USP foi predominante nos departamentos da área de Humanidades (27,5%) e menos freqüente nas Ciências Biológicas (17,9%) e Exatas (11,3%). Com outras instituições acadêmicas nacionais interagiram cerca de 12% dos departamentos distribuídos equilibradamente entre as três grandes áreas. Cerca de 30% dos departamentos promoveram interação com instituições nacionais não-acadêmicas, com maior freqüência na área de Exatas (35,8%) e menor nas Humanidades (22,5%).

Comparando as três áreas, observa-se maior freqüência de departamentos que oferecem cursos de extensão na área de Biológicas e menor nas Humanidades. No entanto, as parcerias e colaborações internas à USP são mais freqüentes nas Humanidades e as externas (nacionais ou internacionais) mais freqüentes nas Exatas.

Dentre os departamentos que não oferecem cursos de extensão, alguns se referem à demanda que recebem, mas não podem atender "por absoluta falta de tempo dos professores e técnicos", como se expressou um respondente. O reduzido quadro de docentes foi a justificativa mais comum para não ministrar cursos de extensão ou para o reduzido número oferecido.

Consultorias e assessorias

As assessorias e consultorias prestadas individualmente por docentes, ou formalmente pelos departamentos, unidades e outros órgãos da USP, também são objeto de normatização em resoluções recentes, que oferecem as definições apresentadas a seguir.

A prestação de **assessoria** visa a transferência de conhecimento ou experiência adquirida por um docente ou por um grupo desses, envolve julgamento e avaliação sobre algum projeto já elaborado ou em execução. São realizadas em caráter pessoal por um docente ou grupo desses, sem responsabilidade da Universidade por essas atividades (Resolução 4940, tit. IV, cap. III, art. 28, I e § único, e Resolução 5009, art. 1 I e § único).

Consultoria visa a transferência de conhecimento ou experiência adquirida por um docente ou por um grupo desses, envolve opinião na criação, elaboração e desenvolvimento de projetos e serviços. (Resolução 4940, tit. IV, Capítulo III, art. 28 II e § único; Resolução 5009, art. 1, Tit. I e § único).

Por sua vez, as atividades de assessoria e consultoria que requeiram a utilização de equipamentos, bens ou pessoal da Universidade devem ser consideradas **prestação de serviço especializado,** que compreende as atividades de organização, planejamento, execução, desenvolvimento técnico ou tecnológico, transferência tecnológica, ensaio, aferição e avaliação. São contratadas com a Universidade de São Paulo com interveniência de uma ou mais unidades ou órgãos, os quais realizam serviços que requerem conhecimento ou experiência próprios de docente ou servidor, ou de um grupo desses (4940, tit. IV, Cap. III, art. 29 e § único; Resolução 5009, art. 2 e § único), podendo contar também com a colaboração dos integrantes do quadro discente da USP e especialistas não pertencentes ao quadro de docentes ou servidores da Universidade (5009, art. 4, 2003).

A imprecisão conceitual, já constatada no registro das informações sobre os cursos de extensão, manifesta-se com ainda maior intensidade nesta parte do relatório. Diversos fatores contribuíram para dificultar a sistematização dos dados: 1) o aparente desconhecimento, por uma parcela de relatores, das resoluções normativas sobre o assunto; 2) o extenso período (de dez anos) coberto pelo relatório; 3) a questão do roteiro que incidia sobre essas

atividades solicitava que os informantes relatassem a importância e as conseqüências das consultorias e assessorias, o que não favorecia informações sobre a própria atividade desenvolvida.

Esse conjunto de fatores parece ter influenciado para que as informações constantes no relatório se apresentassem de modo muito fragmentado e diversificado, dificultando uma sistematização que permitisse generalizações confiáveis. O desconhecimento sobre a definição de quais atividades são entendidas como consultoria e assessoria, segundo as normas da USP, levou um número significativo de departamentos a relacionar (indevidamente) a emissão de pareceres técnicos para agências financiadoras de pesquisa, a prestação de assistência e, mesmo, cursos ministrados, como se fossem assessorias e consultorias. Em alguns casos, a inserção de docentes do departamento na direção de áreas técnicas de ministérios ou secretarias de governo — uma atividade que sem dúvida merece ser considerada uma contribuição da Universidade para a sociedade — foi, também, relatada como assessoria.

Por sua vez, a solicitação de que os respondentes informassem a importância e as conseqüências dessa atividade parece ter induzido muitos respondentes a não explicitar as consultorias realizadas, concentrando o discurso (vago, em muitos casos) nos benefícios auferidos para si ou pelo contratante.

Todos esses elementos parecem ter contribuído para que um elevado percentual de departamentos informasse prestar consultorias (86,9%), ligeiramente superior nas Ciências Exatas (92,5%) e inferior nas Humanidades (75%), como se pode verificar na Tabela 3A.

Na área de Humanidades, composta de sete unidades, justamente as duas maiores (Faculdade de Direito e FFLCH), que reúnem a metade dos departamentos dessa área, parecem ser as menos atuantes em consultorias. Apesar dessa tendência, deve se reconhecer que alguns departamentos vinculados a essas unidades se destacam na prestação de consultorias. Por sua vez, os relatórios dos departamentos vinculados às outras cinco unidades (ECA, FAU, FE, FEA, FEARP) se mostram mais dinâmicos nas atividades de consultoria e assessoria.

Na área de Biológicas, que reúne 17 unidades, apesar de grande parte do

trabalho de extensão se concentrar na assistência, verifica-se o relato de muitas consultorias prestadas.

A freqüência de departamentos que prestam consultoria é mais alta na área de Ciências Exatas, sendo que um percentual bastante elevado deles interagem com empresas privadas (64%) e públicas (60,4%).

Nos relatórios de mais da metade dos departamentos foi possível reconhecer o tipo de instituição atendida nas consultorias e assessorias prestadas, como discrimina a Tabela 3B. Empresas e fundações públicas foram atendidas por 60% dos departamentos da área de Exatas, 48% das Biológicas e 40% das Humanidades. As empresas privadas foram o alvo das consultorias prestadas por 60,4% dos departamentos de Exatas, e 41,5% e 27,5% das Ciências Biológicas e Humanidades, respectivamente.

Nota-se que o poder executivo (federal, estadual e municipal) demandou consultoria de cerca de 35% do total de departamentos da USP, notadamente aos de Ciências Biológicas (39,6%) e com menor freqüência no âmbito das Humanidades (22,5%). Os poderes Legislativo, Judiciário e o Ministério Público foram apontados como demandantes de consultorias em 11,6% dos departamentos, com percentuais superiores (24,5%) nas Ciências Exatas. Organizações da sociedade civil (ONGs e movimentos sociais) foram o alvo das assessorias e consultorias de 13,6% dos departamentos.

Mesmo com a ressalva da limitação dos dados, já apontada, vale lembrar que o expressivo atendimento de demandas de empresas, órgãos e poderes públicos configura participação da Universidade na elaboração de políticas públicas, um dos princípios centrais da extensão.

Assistência

Segundo o regimento de cultura e extensão da USP, essas atividades "dizem respeito ao atendimento individual ou a grupos específicos de diversas naturezas, por docente da Universidade" (4940, cap. III, tit. IV, art. 30). Essa atividade, de grande tradição nas Ciências Biológicas, também ocorre no âmbito das Exatas e Humanidades. Se nas Ciências Biológicas, se desdobra em assistência hospitalar, cirúrgica, farmacêutica, ambulatorial, laboratorial (para seres humanos e animais), nas Exatas e Humanidades se apresenta na

forma de assistência jurídica, econômica, prestada em escritórios modelo, empresas júniores, apresentações teatrais ou visitas monitoradas.

O roteiro solicitava que os departamentos indicassem as principais atividades assistenciais. Até por tradição, nas Ciências Biológicas são de uma intensidade ímpar, desde o início do século XX, quando a clínica se transformou no foco privilegiado do ensino médico. Numa instituição como a USP, que mantém quatro complexos hospitalares de excelência em três grandes cidades (Bauru, Ribeirão Preto e São Paulo), que prestam um grande volume de atendimentos, cirurgias, internações, exames complementares e tantas outras atividades, não chega a surpreender a exuberância de referências à assistência. Tanto é assim que 89% dos 106 departamentos da área de Ciências Biológicas informaram prestar atendimento, enquanto nas Exatas e Humanidades esse percentual se mantém em torno de 33%; como se pode ver na Tabela 4A.

O impacto positivo da assistência prestada no âmbito da área de Biológicas, tal como indicado nos relatórios, transcende em muito os aspectos quantitativos do número de internações, cirurgias, exames diagnósticos, consultas e outros atendimentos amplamente divulgados no âmbito interno da Universidade e pela grande mídia.

Mais uma vez, porém, a escassa familiaridade com a terminologia referente à extensão, por uma parte dos responsáveis pelo preenchimento dos relatórios, prejudicou a obtenção de dados. A associação de "assistência" com "assistencialismo" e a conotação pejorativa atribuída a este termo parece ter influenciado a manifestação contrária de alguns respondentes.

Fora as iniciativas coletivas e individuais já referidas, nada mais temos a acrescer. Não fazemos assistência social, não promovemos eventos culturais, *nem nossa divulgação do conhecimento (...) ultrapassa as atividades de extensão já acima delineadas*.

Nesse contexto até mesmo um departamento da área biológica recusa o rótulo "assistenciais":

o departamento não tem atividades ditas 'assistenciais'. Sua ação é reconhecida na área de extensão universitária, (...) apresenta um importante diferencial: através da atuação conjunta de alunos, professores e funcionários, vem buscando executar a extensão universitária como prática acadêmica que efetivamente interliga o saber acadêmico nas suas atividades de ensino e de pesquisa com as demandas da maioria da população. Assim, a extensão universitária não é entendida como pura prestação de serviços aos seus clientes, nem de assistência social ...

Atividades culturais, artísticas e de divulgação de C&T

O roteiro solicitava, também, a indicação das principais atividades culturais e de divulgação de ciência e tecnologia.

Determinadas atividades mencionadas por quase todos os departamentos, como participação em eventos (congressos, seminários etc.), elaboração de pareceres, participação em bancas e comissões julgadoras fora da USP não foram computadas, justamente porque foram indicadas pela quase totalidade dos departamentos de todas as áreas. A codificação e o registro foram feitos para outros seis tipos de atividades — organização de eventos (tecnológicos, científicos e artísticos); entrevistas para os meios de comunicação; participação na direção de colegiados; organização de feiras, exposições e visitas guiadas; produção e edição de livros e periódicos pelo departamento ou unidade; e atividades culturais, artísticas diversas. E, pela primeira vez aqui, uma advertência de natureza diferente das constantes dos itens anteriores: as informações contidas na Tabela 5 podem estar sub-enumeradas, porque embora façam parte das atividades relacionadas no Regimento de Extensão, o roteiro dos relatórios de auto-avaliação não mencionava explicitamente cada uma e seguramente muitos departamentos que realizam essas atividades não as mencionaram. Como se pode observar, os departamentos da área de Biológicas se destacam na divulgação de seus conhecimentos, produtos e tecnologias para a mídia e também na participação em colegiados e sociedades científicas (61% e 45 % dos departamentos, respectivamente); nas ciências exatas o destaque é para a organização de exposições e feiras (39%); enquanto as Humanidades se destacam na organização de eventos científicos.

Sobre os Projetos coordenados pela PRCEU

Embora não tenham sido inquiridos diretamente sobre os projetos coordenados pela PRCEU em colaboração com departamentos e unidades da USP, muitos respondentes se referiram a três desses projetos, com maior freqüência por departamentos das áreas de Exatas e Biológicas que das Humanidades, como se pode ver na Tabela 6.

O projeto "Universidade e as profissões" consiste em palestras e visitas monitoradas às unidades de ensino da USP, oferecidas aos estudantes do ensino médio. Nessas ocasiões, docentes e alunos da USP expõem suas opiniões não só a respeito dos cursos e pesquisas desenvolvidas, mas também sobre a unidade a que pertencem, mostrando as diferentes atividades que nela se desenvolvem, tais como cursos de extensão, prestação de serviços à comunidade, promoção de eventos culturais, científicos, tecnológicos e esportivos, entre outras. A última edição do catálogo editado anualmente, como parte da divulgação do projeto, teve 240.000 exemplares. Muitos departamentos relatam seu entusiasmo e participação nesse projeto, tido como uma estratégia para divulgar os cursos ministrados, atrair bons alunos para a unidade e novos talentos para a atividade científica.

O projeto "Universidade Aberta à Terceira Idade" visa proporcionar ao idoso a possibilidade de aprofundar "conhecimentos em áreas de seu interesse e, ao mesmo tempo, trocar informações e experiências com os jovens". De um modo geral os departamentos disponibilizam um número definido de vagas, em disciplinas oferecidas aos alunos regulares, para pessoas com idade superior a 60 anos. O atestado de participação é emitido pela PRCEU. Os departamentos relatam oferecer também atividades didático-culturais e físico-esportivas para grupos específicos de pacientes, como portadores de diabetes e obesidade.

Segundo resolução do Conselho de Cultura e Extensão Universitária, em 1997 foi instituída a "Semana de Arte e Cultura", que acontece nos diversos *campi* da USP todo mês de setembro, sob a coordenação da Pró-Reitoria de Cultura e Extensão Universitária, promovendo apresentações artísticas e culturais de grupos estáveis de órgãos, unidades ou de iniciativas voluntárias de professores, funcionários e estudantes da USP.

Textos, material didático, equipamentos e produtos para a comunidade externa

Como solicitava o roteiro, mais da metade (cerca de 55% dos departamentos) relatou criar diferentes produtos para a comunidade externa. Essa prática aparece com mais freqüência nos departamentos da área de Ciências Biológicas (67%) que nas Exatas (45,3%) e nas Humanidades (35%) – Tabela 7.

Colaboração intra e interinstitucional: parcerias e convênios

Ao responder à solicitação, constante do roteiro, de indicar os principais projetos em colaboração com outras unidades da USP, com outras instituições, bem como convênios firmados, cerca de 80% dos departamentos afirmaram estabelecer alguma colaboração ou "parceria" para o desenvolvimento de seus projetos de extensão (Tabela 8A).

Nem todos os departamentos indicaram explicitamente os convênios oficialmente firmados. Sabe-se no entanto que, no jargão extensionista, as palavras "parcerias" e "colaboração" estão freqüentemente associadas à captação de recursos extra-orçamentários. Por essa razão, buscou-se registrar, além da interação interna com outros departamentos e unidades da USP, quais eram as outras instituições mencionadas.

Analisando-se os dados sistematizados observa-se que a colaboração com o poder executivo (federal, estadual e municipal) e com outras unidades e órgãos das USP foi mencionada com o mesmo grau de intensidade por cerca de 38% dos departamentos (Tabela 8B). Na área de Ciências Biológicas, quase metade dos departamentos estabelecem parceiras internas ou com o poder executivo. Dentre os departamentos de Ciências Exatas, verifica-se uma relação mais intensa com o executivo do que no plano interno, enquanto nas Humanidades as parcerias internas são mais freqüentes do que com o poder executivo.

As agências financiadoras nacionais e internacionais configuram-se na terceira "parceria" referida: cerca de um terço de todos os departamentos as mencionam, com maior freqüência na área de Exatas (47,2%).

O quarto eixo de interação privilegiado pelos departamentos concentra-se na colaboração com outras instituições de ensino (em torno de 24% nas três áreas).

A cooperação com empresas privadas é mais intensa nos departamentos da área de Ciências Exatas (28,3%), quase o dobro da freqüência observada nas áreas Biológica e das Humanidades. Cerca de 13% dos departamentos mencionaram ter colaborado com organizações da sociedade civil (ONG, sindicato, associação de classe), sobretudo na área Biológica (17%) – enquanto na área das Exatas, apenas 5,7% as mencionaram. A referência a

empresas públicas (11,1%) é mais intensa nas Humanidades (20%) e nas Exatas (18,9%) e pouco significativa nas Biológicas (3,8%).

Em resumo, a interação com outras unidades e órgãos da USP é mais praticada pelos departamentos das Biológicas (46,2%) e menos freqüente na área de Exatas (24,5%). Com o poder executivo a maior interação também ocorre na área Biológica (47,2%) e menos freqüente na de Humanidades (22,5%).

A colaboração de agências financiadoras nacionais e internacionais é mais recorrente nas Exatas (39,6%) que nas Biológicas (28,3%) e Humanidades (30%).

1.3 Os princípios norteadores e a valorização da extensão

Grande maioria dos departamentos procurou registrar em seus relatórios elementos discursivos que enfatizavam sua atuação em consonância com os princípios constantes das diretrizes básicas da educação superior, na Constituição Federal, na Lei de Diretrizes e Bases da Educação, no Plano Nacional de Extensão do MEC, e no Regimento de Extensão da USP (Tabela 9A).

O princípio da indissociabilidade entre ensino, pesquisa e extensão é referido diretamente ou pode ser inferido nas respostas de 88,4% dos departamentos, com maior freqüência nas Biológicas (95,3%), seguidos pelas Exatas (84,9%) e Humanidades (75%). Inversamente, a alusão à relação transformadora da universidade com a sociedade é mais freqüente nas Humanidades e Exatas (cerca de 40%) e mais discreta nas Ciências Biológicas (24,5%). Percentuais bastante inferiores de departamentos (9%) demonstram preocupação com a preservação do patrimônio cultural e artístico (Tabela 9B).

A relevância das atividades de extensão

Duas questões do roteiro de auto-avaliação solicitavam aos departamentos que informassem a importância e as conseqüências da participação nas atividades de cultura e extensão em geral, e das assessorias e consultorias em particular. Nas respostas a essas duas questões emergiram interessantes discursos. Quase três quartos dos departamentos, ao explicitar a relevância das ações de extensão, citaram seus benefícios a atores externos à Universidade (Tabelas 10A e B). De forma coerente com o volume de

assistência prestada pelos departamentos das Ciências Biológicas, estas foram mais enfáticas (88%) ao apontar os beneficiários externos na relevância de suas atividades de extensão. Tais beneficiários são freqüentemente referidos de forma genérica como "a sociedade" ou "a comunidade" (por 65% do total de departamentos), mas em 30% dos casos nomeiam-se profissionais ou grupos específicos como beneficiários da extensão.

Por outro lado, e com freqüência ainda mais expressiva, os relatores (83,4%) explicam a importância das atividades de extensão para os próprios departamentos (Tabela 11A). A virtude de promover integração — entre ensino e pesquisa, graduação e pós-graduação, alunos e professores, teoria e prática, conhecimentos produzidos e demandas da sociedade — é atribuída às atividades de extensão pela maior parte (77%) dos respondentes, notadamente na área de Biológicas e menos percebida nas Humanidades (Tabela 11B). A visibilidade e o reconhecimento, do departamento ou da Universidade, pela comunidade externa, resultante das atividades de cultura e extensão, também foram apontados (por 45,3% dos departamentos de Exatas, cerca de 40% de Biológicas e 27% de Humanidades). Registros de fragmentos discursivos mostram, também, que cerca de 20 departamentos estão convencidos que as atividades de extensão contribuem para a atualização, requalificação, sensibilização e conscientização dos docentes e que estas devem ser objeto de valorização, pela Universidade, recebendo incentivos e recompensas acadêmicas na carreira dos docentes e na avaliação dos departamentos, em condições de igualdade com a docência, a pesquisa e a publicação em periódicos e livros.

Motivados, aparentemente, pelo exercício promovido pelo processo avaliativo, cerca de 25% dos departamentos avaliados se mostraram motivados para iniciar, ampliar, retomar ou formalizar atividades e processos relativos à extensão.

Os relatórios de auto-avaliação também registraram o entusiasmo dos departamentos, quando, atendendo ao roteiro, compararam seu desempenho nas atividades de extensão com o de seus congêneres nacionais e internacionais (Tabela 12). A maioria dos departamentos das Ciências Biológicas (69,8%) e Exatas (58,5%) explicitaram que tal comparação era favorável ao

desempenho de seu departamento, em comparação com os congêneres. Nas Humanidades a comparação favorável foi manifestada por 45% dos departamentos. Nessa mesma área se concentram níveis mais altos daqueles que evitaram comparar-se ou não responderam à questão (40%).

Finalmente, a questão mais polêmica, que atravessou diferentes itens dos relatórios de auto-avaliação e dos avaliadores externos, bem como dos planos de metas: os benefícios financeiros decorrentes das atividades de extensão.

O primeiro item do relatório de auto-avaliação (Anexo 2) solicita: "Descreva as principais atividades e projetos de cultura, extensão e prestação de serviços à comunidade e sua evolução nos últimos 10 anos, *distinguindo as atividades que revertam benefícios financeiros para a Unidade*". Os dados apresentados na Tabela 13 demonstram que é bastante significativo o percentual de departamentos que não prestaram qualquer informação (35,2%), notadamente nas Humanidades (52,5%), onde 22,5% dos departamentos informam que nenhuma atividade prestada reverte em benefício financeiro. Percentuais elevados de departamentos informando e discriminando atividades que revertem em benefício financeiro encontram-se nas áreas de Exatas (56,6%) e Biológicas (50%).

A análise do discurso sobre esse tema proferido pelo conjunto de departamentos de cada uma das grandes áreas aponta para tendências diferenciadas na abordagem dos benefícios financeiros.

Na área das Ciências Exatas parece haver quase um consenso de que as atividades de extensão, de um modo geral, devem ser mantidas por recursos auferidos junto ao setor produtivo, governamental e agências de fomento nacionais e internacionais. Nessa área, é considerável a proporção de departamentos a sugerir que o montante de recursos captados em atividades de extensão deve ser tomado como indicador de sucesso e mérito nessa área. O mesmo parece ocorrer nas Biológicas, mesmo considerando que parte substancial dos recursos financeiros auferidos nessa área resultem da prestação de assistência ambulatorial, hospitalar e de exames complementares, assim como da formação de recursos humanos para grandes programas governamentais. Por outro lado, nas Humanidades parece prevalecer a informalidade e a prestação de serviços pelos docentes

individualmente, ou então a recusa ou proibição de obter recursos financeiros em atividades de extensão. As três exceções a essa percepção no âmbito das Humanidades verificam-se na Faculdade de Educação — que mantém uma Fundação de apoio e cujos departamentos discutem o assunto dos benefícios financeiros — e a FEA e a FEARP, que se mostram bastante empreendedoras. No extremo oposto, ainda na área de Humanidades, temos a Faculdade de Direito, no âmbito da qual parece haver o entendimento de que os departamentos, e a universidade pública, não devem (ou não podem) auferir benefícios financeiros decorrentes da prestação de serviços.

Essa questão voltará a ser abordada nos próximos capítulos do presente relatório, uma vez que comparecem na pauta dos assessores externos e nos planos de metas das unidades, confirmando as tendências aqui identificadas.

1.4 Política, planejamento e gestão das atividades de extensão

Os relatórios de auto-avaliação também contemplavam resposta à seguinte questão: como é elaborada a política de cultura e extensão do departamento? Pouco mais de um terço dos departamentos deixaram de responder a essa questão (Tabela 14), o que permite inferir a fragilidade na definição de uma política própria de extensão. Os que responderam, de um modo geral, indicaram como são desencadeadas ou em que instâncias (ou colegiados) são definidas (ou decididas) as atividades de extensão. O Conselho Departamental é indicado por 17,6% dos respondentes, com percentual mais expressivo nas Humanidades (25% – Tabela 14). A Comissão de Cultura e Extensão das unidades é a instância referida por apenas 15% dos departamentos, sugerindo que esse colegiado no âmbito das unidades, cujas atribuições foram recentemente defini-das, ainda não está integrado à prática de grande parte dos departamentos. A iniciativa individual dos docentes foi indicada por cerca de 22% dos departamentos, predominantemente na área de Exatas, enquanto as demandas recebidas são o fator desencadeador das atividades para cerca de 6,5%.

A observação dos sub-totais 1 e 2 na Tabela 14 evidencia que as decisões nas instâncias colegiadas do departamento e da unidade (Conselho do Departamento e CCex) ocorrem em apenas um terço dos departamentos, enquanto em outro terço ocorrem por iniciativas individuais dos docentes ou por demanda

externa, o que pode ser considerado um indicador da inexistência de política de extensão.

Apoio esperado dos órgãos centrais

O principal apoio esperado pelos departamentos, da parte dos órgãos centrais, são recursos financeiros, embora em grande parte dos casos os relatores não explicitem o direcionamento desse apoio para atividades de extensão.

Por sua vez, a solicitação de reforço dos recursos humanos, que se pode observar na Tabela 17, por cerca de 34% dos departamentos, mostra-se compatível com a mencionada falta de tempo dos docentes para promoção de ações extensionistas – e, também, para superar a lacuna representada pela falta de funcionários técnicos administrativos e docentes com atribuições específicas nessa área.

A agilização dos processos administrativos relativos à extensão é enfatizada por cerca de 20% dos departamentos, bem como o apoio logístico e para aquisição de equipamentos. A concessão de bolsas específicas para extensão é uma reivindicação mais expressiva na área de Humanidades.

Por fim, o apelo ao reconhecimento e valorização das atividades de extensão pelos diferentes órgãos da Universidade é reivindicado em cerca de 15% dos relatórios departamentais.

2 A avaliação dos assessores externos

O roteiro para os assessores externos continha dez questões (Anexo 2) para apreciação do conjunto da atuação do departamento: adequação dos recursos humanos e da infra-estrutura, aspectos referentes à graduação, pós-graduação, pesquisa, articulação do departamento com a unidade, aspectos referentes à cultura, extensão e prestação de serviços à comunidade e sugestões para o aperfeiçoamento do departamento. Foi preenchido pelos assessores em visita aos departamentos, com base na leitura dos relatórios de auto-avaliação e outros documentos e em reuniões com o corpo docente, discente e administrativo.

Embora se beneficie da visão privilegiada do conjunto, que os assessores externos puderam ter, o presente relatório limita-se a analisar os comentários e sugestões contidos em dois itens sobre cultura/extensão e sugestões para o aperfeiçoamento do departamento — neste último, fazendo o recorte das que se referem à extensão.

Os pareceres emitidos pelos assessores externos apresentavam grande variedade de estilos, refletindo inclinações ou interesses típicos de suas áreas disciplinares e pessoais, como soe acontecer em avaliações. Nesse caso particular, possivelmente devido ao estágio preliminar em que se encontram as experiências de avaliação das atividades de extensão universitária no Brasil, apenas recentemente valorizadas, não havia parâmetros preestabelecidos e menos ainda indicadores ou critérios para balizar as apreciações dos assessores externos. Dessa maneira, cada assessor procurou, com base em sua experiência, sinalizar critérios para avaliar e emitir sugestões. A caracterização da opinião emitida pelos assessores foi o primeiro passo na sistematização desse material, permitindo visualizar dois conjuntos de aspectos favoráveis, por eles valorizados: a relevância e as conseqüências da relação do departamento com a sociedade e as conseqüências das atividades de extensão e cultura para o departamento.

Aspectos favoráveis

Do ponto de vista da relação da universidade com a sociedade, os principais elementos contemplados, geralmente combinados entre si, foram: a grande demanda e excelência dos serviços prestados; os benefícios ao setor

governamental, empresarial e a outras instituições do ensino superior; a promoção da inclusão social de grupos populacionais específicos e o bem-estar da comunidade em geral; a capacidade de intervir em políticas públicas nacionais ou regionais. Consideraram também a contribuição prestada pelos departamentos à melhoria do ensino básico; as experiências de popularização e divulgação da ciência; a relevância dos eventos organizados e o envolvimento com a edição de periódicos de qualidade.

Considerando o ponto de vista interno (ao departamento e à Universidade), foram arrolados os seguintes fatores positivos: experiência acumulada por docentes e alunos com problemas práticos e a interação das atividades de extensão com ensino e pesquisa; aporte de recursos financeiros e equipamentos para o departamento; engajamento dos docentes com as atividades de extensão (medido em horas/ano dedicadas por todos os docentes à cultura e extensão ou quantidade ou percentual de docentes do departamento envolvidos); a consciência da importância das atividades de extensão; a participação dos alunos.

O Quadro 2 mostra a incidência dos principais aspectos contemplados nas avaliações favoráveis, por grande área do conhecimento, segundo a percepção dos assessores externos.

Quadro 2 Aspectos favoravelmente avaliados pelos assessores externos

Aspectos favoráveis	Total (N)	Total (%)	Biológicas %	Exatas %	Humanidades %
grande demanda e excelência das atividades	104	52,3	63,2	43,4	35,0
benefícios ao setor governamental, empresarial e IES	50	25,1	23,6	34,0	17,5
promoção de inclusão social e do bem-estar da comunidade	55	27,6	32,1	26,4	17,5
intervenção em políticas nacionais	24	12,1	15,1	9,4	7,5
engajamento com o ensino básico	17	8,5	4,7	9,4	17,5
popularização / divulgação da ciência	17	8,5	8,5	7,5	10,0
relevância dos eventos organizados	17	8,5	8,5	7,5	10,0
qualidade dos textos e publicação de periódicos	16	8,0	6,6	11,3	7,5
experiência com problemas práticos para docentes e alunos/ interação com pesquisa e ensino	37	18,6	23,6	9,4	17,5
aporte de recursos financeiros, materiais/equipamentos	28	14,1	14,2	18,9	7,5
forte engajamento dos docentes	28	14,1	18,9	9,4	7,5
consciência da importância das atividades de extensão	24	12,1	12,3	9,4	15,0
participação de alunos	19	9,5	14,2	3,8	5,0
produção de teses e dissertações	5	2,5	1,9	3,8	2,5
não avaliou/não se pronunciou	11	5,5	2,8	9,4	7,5

Como se pode observar, a avaliação favorável dos assessores externos confirma as tendências sinalizadas no capítulo anterior, de maior engajamento dos departamentos da área de Biológicas e Exatas em atividades de extensão, suplantadas pelas Humanidades apenas em dois aspectos: no engajamento com o ensino básico e na relevância dos eventos organizados. No entanto, como já mencionamos, na área de Humanidades algumas unidades se destacam pela excelência e pelo grande volume de atividades de extensão que executam, como se verá mais adiante.

Limitações

Dentre as limitações indicadas pelos assessores externos, duas merecem destaque especial: a escassez de atividades e a baixa prioridade ou falta de política de extensão ou de planejamento; também a falta de interação entre os departamentos da mesma unidade e de integração entre ensino e pesquisa foram fatores de avaliação negativa. Por outro lado, o excesso de atividades de extensão em detrimento do ensino e da pesquisa também foi observado por alguns assessores externos (Quadro 3).

Um outro fator, relativo ao ambiente externo aos departamentos e à própria USP, foi realçado nos comentários: a ausência de valorização do exercício das atividades de extensão na avaliação dos docentes e dos departamentos.

Quadro 3 Aspectos desfavoravelmente avaliados pelos assessores externos

Limitações	Total (N)	Total (%)	Biológicas %	Exatas %	Humanidades %
escassez de público/escassez de atividades/baixa prioridade/ timidez da atuação/pouca visibilidade da atuação/informalidade	30	15,1	9,4	17,0	27,5
falta de política de extensão e de planejamento das atividades	27	13,6	13,2	11,3	17,5
falta de coesão interdepartamental	17	8,5	4,7	9,4	17,5
falta integração extensão/ensino/pesquisa	15	7,5	5,7	5,7	15,0
excesso de atividades de extensão em detrimento de ensino e pesquisa	10	5,0	4,7	7,5	5,0
falta de valorização das atividades na avaliação dos docentes / do departamento	9	4,5	3,8	7,5	2,5

As avaliações menos favoráveis foram atribuídas aos departamentos com atuação mais tímida ou informal, pouco priorizadas ou com escassa visibilidade. Falta de política de extensão, de planejamento e de coesão interdepartamental também foram fatores que contribuíram para avaliações

desfavoráveis, assim como o excesso de atividades de extensão foi percebido por alguns avaliadores como um desequilíbrio a ser superado.

2.1 A apreciação dos assessores externos nas três grandes áreas

Após a leitura geral dos pareceres, procurou-se sintetizar as avaliações em três categorias: favorável, parcialmente favorável e desfavorável, com base nos diferentes critérios que os avaliadores adotaram, em geral cruzados, para analisar a atuação dos departamentos na área de cultura e extensão universitária.

Tabela A Distribuição dos departamentos segundo a avaliação dos assessores externos

Avaliação	To tal		Biológicas		Exatas		Humanidades	
	N	%	N	%	N	%	N	%
favorável	135	67,8	81	76,4	31	58,5	23	57,5
parcialmente favorável	44	22,1	20	18,9	15	28,3	9	22,5
desfavorável	9	4,5	2	1,9	2	3,8	5	12,5
não se pronunciaram	11	5,5	3	2,8	5	9,4	3	7,5
Total	199	100,0	106	100,0	53	100,0	40	100,0

Observando a Tabela A verifica-se que cerca de 90% dos departamentos receberam pareceres favoráveis (67,8%) ou parcialmente favoráveis (21,6%).

Na área de Ciências Biológicas nota-se maior concentração de pareceres favoráveis (cerca de 76%), sobretudo nas seguintes unidades: EE, EEFE, EERP, FM, FO, FOB, FORP e FSP.

Nas Ciências Exatas, cerca de 58% dos departamentos foram avaliados favoravelmente enquanto apenas dois departamentos (3,4%) receberam pareceres desfavoráveis. Nota-se também que, justamente nessa área em que as atividades de extensão são mais valorizadas, por um lado os assessores parecem ter sido mais rigorosos e, por outro, quase 10% dos departamentos deixaram de receber avaliação, o que pode ter comprometido o percentual de avaliações favoráveis. Duas unidades (EP e IFCS) concentram maior proporção de avaliações favoráveis.

Ainda na Tabela A, verifica-se que, na área de Humanidades, 57,5% dos departamentos receberam avaliação favorável, sobretudo na FE e na FEARP, unidades nas quais todos os departamentos receberam avaliações favoráveis. Nessa área, cinco departamentos (12,5%) receberam pareceres desfavoráveis,

três na FD outros dois distribuídos na FEA e na FFLCH.

Da análise dos relatórios dos assessores depreende-se que em raros casos se verifica homogeneidade entre os departamentos de uma mesma unidade em termos de avaliações inteiramente positivas ou negativas, salvo raras exceções, comentadas a seguir.

Ciências Biológicas

Dentre as 17 unidades da área de Biológicas, somam 12 as que, segundo a percepção dos assessores, formam um conjunto relativamente homogêneo que se destaca pela boa atuação em atividades de extensão (sobretudo pelo atendimento prestado, mas não exclusivamente): em seis unidades todos os departamentos receberam pareceres favoráveis (EE, EEFE, EERP, FOB, FORP, FSP), enquanto outras cinco (FM, FMRP, FMVZ, FO, ICB, IP) também se destacam pela quase totalidade de apreciações positivas.

Restam ainda cinco unidades nas quais se observa maior heterogeneidade interna e apreciações menos favoráveis. Dentre os 11 departamentos da ESALQ, seis receberam pareceres favoráveis com destaques para a excelência e a relevância das ações empreendidas, o engajamento dos docentes e a publicação de conceituado periódico. Outros cinco departamentos receberam avaliação parcialmente favorável. Um deles, embora recentemente tenha se engajado num grande projeto (Biota), não tem tradição em extensão; outros dois, segundo os assessores, não atribuem prioridade à extensão; dois receberam pareceres muito similares afirmando que "questões do ambiente externo estão se impondo como um crescente desafio ao Departamento. No entanto, essa questão irá ganhar peso e com certeza será assegurada uma abordagem mais pró-ativa".

Nas duas unidades de Ciências Farmacêuticas (FCF e FCFRP), que somam sete departamentos, três deles receberam avaliações favoráveis por demonstrar intensa participação nas atividades de extensão, com engajamento de muitos docentes, e promover eventos internacionais. Os demais, apesar de desenvolverem diversas modalidades de extensão, tiveram avaliações menos favoráveis porque, segundo os avaliadores, essas são pouco desenvolvidas e, apesar dos esforços, "não ficou evidenciada uma política de cultura, extensão

e prestação de serviços. Conseqüentemente essas atividades são pouco desenvolvidas e seria preciso incentivá-las a aumentar o grau de interface com o mundo externo".

Na FZEA, um departamento recebeu parecer favorável pelas atividades de inclusão social e pelos serviços prestados enquanto, no outro, os assessores verificaram apenas um único exemplo de envolvimento com extensão.

Dentre os cinco departamentos que integram o IB, três foram bem avaliados pela integração entre atividades de pesquisa e extensão, pela excelência e importância atribuída à extensão e, ainda, pelo excelente trabalho e material didático que desenvolvem para o ensino médio. Para outros dois, a apreciação não foi tão boa porque desenvolvem poucas atividades, de forma pouco sistemática.

Ciências Exatas

Nessa área as avaliações mais homogêneas e favoráveis concentram-se nas seis unidades que reúnem os departamentos de Engenharia (EP e EESC), na FFCLRP e nos Institutos de Física (IF e IFSC) e IAG.

Dentre os 24 departamentos do bloco das Engenharias, 17 receberam pareceres favoráveis; 6 pareceres foram apenas parcialmente favoráveis; e um departamento recebeu parecer francamente desfavorável.

Quanto aos aspectos valorados positivamente pelos assessores, destacam-se: cursos de especialização com grande importância, demanda e aceitação; os benefícios da prestação de serviços aos setores industrial e governamental – e, indiretamente, em alguns casos, ao público consumidor dos produtos, como é o caso das próteses para acidentados; os benefícios da prestação de serviços ao alunado, que adquire assim "vasta experiência com problemas reais da Engenharia"; a contribuição para políticas públicas (como por exemplo normas para a ABNT); o fato de as ações de extensão reverterem em recursos financeiros, bolsas e equipamentos; ou o de "abrir as portas das empresas" para experiências que podem resultar em teses e dissertações. Um parecer altamente favorável destaca que "a visão de conjunto deste departamento, na perspectiva dos assessores, é extremamente positiva", o que se justifica pelo "envolvimento ativo dos professores com as indústrias" – que lhes permite

tomar conhecimento de casos que podem trazer para a sala de aula, na educação dos futuros engenheiros; pela organização de importantes simpósios nacionais e internacionais; e pela edição de conceituado periódico, que recebe artigos em português, espanhol e inglês. Outro departamento foi assim avaliado: ele se destaca, "numa atitude não muito comum na área de Engenharia", por apresentar "pelo menos três iniciativas na promoção de atividades culturais extra-muros ou voltadas para a inclusão social: o Projeto Fonte Mirim – envolvendo informática, dança, formação de cooperativas de reciclagem e orientação vocacional para a comunidade local; cursos de extensão e treinamento junto ao PECE; e cursos a distância em língua portuguesa e espanhola para o Brasil e países limítrofes na América do Sul".

Nas apreciações apenas parcialmente favoráveis, as críticas concentraram-se em três aspectos: a escassez de cursos de extensão; o fato de as atividades de extensão ocorrerem ao acaso, sem estar organizadas, sem planejamento ou coordenação; e ao excesso de consultorias prestadas, em detrimento do ensino e da produção de conhecimento.

No único parecer francamente desfavorável, recebido pelos departamentos da área de Engenharia, embora reconhecendo que os trabalhos são de qualidade e demonstram a capacidade dos docentes, os assessores criticam dois aspectos das atividades realizadas: o fato de "corresponderem a solicitações específicas, em regra concentradas em poucos dos diferentes grupos de pesquisa, e não estarem associadas a uma política de fundo, definida em nível departamental para este tipo de atividade"; a segunda crítica decorre "de não se ter visto rebatido seu retorno, nem na pós-graduação nem na graduação, de forma significativa e sistemática".

A Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras de Ribeirão Preto está incluída no rol das Exatas, embora seus departamentos sejam das três áreas: um de Biologia, um de Química, um de Física e Matemática, outro de Psicologia e Educação. Dentre os quatro departamentos da FFCLRP, três receberam pareceres favoráveis: pelo excelente trabalho de orientação profissional para estudantes da escola pública e manutenção de um pré-vestibular para estudantes da rede pública e notável envolvimento com conservação e restauração de recursos naturais; pela prestação diversificada de atendimento

na área de Física Médica; e porque as atividades de extensão são vistas como um dos pilares de um dos departamentos. Quanto aos outros dois, a apreciação favorável ficou por conta do engajamento dos docentes, da interação das atividades de extensão com as de formação dos alunos e da plena consciência da importância e dos impactos destas sobre a comunidade. A única avaliação parcialmente favorável decorreu da escassez de contatos com as escolas e indústrias locais.

Considerando os oito departamentos dos Institutos de Física da capital e de São Carlos, um não recebeu parecer sobre extensão, cinco pareceres são favoráveis e dois parcialmente favoráveis, devido à baixa procura externa do potencial de um dos laboratórios instalados e do pequeno esforço (embora efetivo) dirigido às atividades de extensão. Os favoráveis destacam: a ênfase nos serviços prestados e na disponibilização dos recursos laboratoriais para toda a América Latina e no trabalho relevante que prestam para a região amazônica; o trabalho de popularização da Física pela mídia eletrônica e em demonstrações de laboratório para o ensino médio; a formação continuada para professores do ensino médio com produção de material didático. Os assessores responsáveis pelos dois departamentos de São Carlos se mostraram admirados com a excelência das atividades voltadas para o bem-estar da comunidade na área de saúde (tratamento de câncer e de problemas oftalmológicos e odontológicos): "a maior parte das pesquisas está a serviço da comunidade local" e "contribuem para melhorar a ciência e a vida no Brasil". Sublinham também a excelência de outras experiências, como o programa voltado para a preparação de alunos do ensino médio para o estudo superior da Física.

Dentre os três departamentos que compõem o Instituto de Astronomia, Geofísica e Ciências Atmosféricas, dois receberam avaliações favoráveis, por realizarem programas de excelente qualidade direcionados à comunidade em geral: produzem textos e livros de divulgação, oferecem cursos especiais, prestam atendimento ao público e estão fazendo esforços para articular produtos em benefício da sociedade, em parceria com empresas do setor privado e também em apoio às ações da Defesa Civil de São Paulo, como nas atividades do laboratório de previsão de tempo. O parecer parcialmente

favorável deveu-se à percepção dos assessores de falta de integração interna e instabilidade do apoio financeiro e logístico.

Dentre os seis departamentos do bloco que reúne o ICMC, Instituto de Ciências Matemáticas e de Computação e o IME, Instituto de Matemática e Estatística —, dois receberam avaliações favoráveis, três parcialmente favoráveis e um desfavorável, porque tem uma atuação muito tímida. A apreciação favorável decorre da organização de eventos muito conceituados no plano nacional e internacional, da oferta de cursos com grande demanda, da realização de cálculos estatísticos que prestam a teses e dissertações de toda a USP e outras universidades, das assessorias e consultarias para grandes empresas em diversos ramos de atividade. Os assessores mencionam, ainda, a forte participação de docentes, o apoio à formação de professores do ensino básico e as publicações, muito utilizadas em concursos. Nas avaliações parcialmente favoráveis, os assessores consideraram a baixa prioridade da extensão e a escassez de atividades.

No Instituto Oceanográfico um departamento recebeu observações favoráveis devido às atividades promovidas no Museu, à participação dos docentes em muitas atividades e à relevância da Fundação vinculada ao Instituto para a transferência de conhecimentos e captação de recursos. Os assessores que visitaram o outro departamento emitiram parecer parcialmente favorável. Embora quase todos os docentes participem de eventos e /ou ofereçam subsídios a planos de proteção ambiental, lamentaram a ausência de material didático para a comunidade externa, a fragilidade do apoio à empresa júnior existente e a ineficiência da relação com o setor privado.

Finalmente, dentre os quatro departamentos vinculados aos Institutos de Química (capital e São Carlos), o único que foi avaliado nas suas atividades de extensão recebeu avaliação parcialmente favorável. Segundo a percepção dos assessores — embora o departamento deva ser considerado entre os melhores do país, em pesquisa e ensino — é reduzido o número de docentes que oferecem cursos para professores do ensino médio ou prestam consultorias. As sugestões incluem intensificar a divulgação das atividades científicas para o público em geral e a orientação no preparo e tramitação de patentes.

Humanidades

Na área de Humanidades, duas unidades se destacam por terem todos os seus departamentos recebido pareceres favoráveis (FE e FEARP).

Na Faculdade de Educação, os três departamentos foram muito elogiados pelos inúmeros projetos de educação continuada, expressiva contribuição para as políticas públicas e pelo volume de professores e alunos do ensino fundamental e médio beneficiados, bem como pelo envolvimento maciço dos docentes. Nos três departamentos que integram a FEARP (uma unidade nova, recentemente desvinculada de FEA) os assessores destacaram: a relevância da atuação no oferecimento de MBAs muito conceituados e fonte de captação de recursos; as atividades de extensão que demonstram responsabilidade social (trote solidário, pré-vestibular para alunos carentes e capacitação empreendedora); o apoio à empresa júnior, que proporciona recursos financeiros e desenvolvimento dos alunos; a promoção de eventos para o ensino médio visando recrutar bons alunos.

Por sua vez, os assessores que visitaram a FEA , em São Paulo, atribuíram apenas um parecer favorável, embora tenham constatado muitas atividades de extensão, como incubadora de empresas, programas de interesse social e captação de recursos de agências internacionais. No entanto, um departamento não tem a extensão como prioridade, embora seus docentes estejam envolvidos, dentre outras atividades, na construção de índices amplamente utilizados em todo o país. Na percepção dos avaliadores, dois problemas precisam ser superados: o atendimento a demandas externas que não privilegiam os projetos originários do departamento, e a falta de equilíbrio entre atividades de extensão que, se permitem a captação de recursos, por outro lado promovem um desequilíbrio que prejudica as atividades de ensino e pesquisa.

Dentre os oito departamentos da ECA, cinco receberam pareceres favoráveis, pelo "constante contato entre o departamento e a comunidade intra e extra-muros, envolvendo discentes"; os cursos oferecidos; a dedicação dos docentes e discentes, "convictos das vantagens de realizar extensão"; e o fato de ações de extensão alcançarem grupos marginalizados, aplicando tecnologias inovadoras em ensino a distância. Um deles não recebeu avaliação e outros

dois tiveram avaliação parcialmente favorável pela falta de articulação entre extensão, ensino e pesquisa, sugerindo-se a necessidade de incrementar projetos e promover eventos. Quase todos os assessores mencionaram a escassez de articulação entre os departamentos desta unidade como um fator que prejudica a partilha de recursos e dificulta ou quase impede uma atuação mais eficaz.

A mesma dificuldade de conexão interdepartamental é apontada pelos avaliadores dos três departamentos da FAU, que receberam, um, avaliação favorável e dois, parcialmente favorável, sobretudo devido à falta de política de extensão, que permitiria superar as decisões tomadas caso a caso.

Por fim, as duas maiores unidades da área de Humanidades, FD e FFLCH, que reúnem a metade dos departamentos dessa área.

Na Faculdade de Direito, à qual se vinculam nove departamentos, apenas dois mereceram menções favoráveis pelo atendimento prestado na empresa júnior, que promove o envolvimento dos alunos, e pela articulação da extensão com atividades de pesquisa e com órgãos externos, que favorece a promoção de debates, o intercâmbio de idéias e a inserção de seus membros em importantes comissões no plano nacional e internacional. Nas quatro avaliações parcialmente favoráveis, os assessores comentam o contexto interno da unidade, que parece desfavorecer o desenvolvimento de atividades e impedir a captação de recursos financeiros. Na avaliação desfavorável atribuída a outros três departamentos, os assessores mencionam que o ensino é excelente mas a extensão pouco valorizada, e acrescentam: "a falta de política voltada à extensão não está em consonância com os fins que informa a universidade pública", enquanto para outro assessor "as universidades não podem ser meros repositórios de conhecimento", cabendo-lhes desenvolver consciência comunitária e não apenas serviços jurídicos.

A FFLCH reúne 11 departamentos dedicados a diferentes áreas do conhecimento (Letras, Geografia, Filosofia, História, Ciências Sociais), o que parece ser um fator que dificulta a articulação interna e a promoção de conexão pela unidade. Embora oito departamentos tenham recebido pareceres favoráveis, os assessores foram bastante econômicos ao destacar os pontes fortes de sua atuação: em um departamento, valorizaram a publicação de

periódico tradicional, reconhecido no seu âmbito e que envolve os alunos de pós-graduação, além de trabalhos especializados e promoção de cursos e eventos; em outros, a participação pública de docentes em numerosos eventos e volumosa publicação em veículos da mídia; boa utilização do *website* e participação em planos diretores de cidades do estado de São Paulo; relevância das atividades para a comunidade em geral; grande volume de cursos de extensão que envolvem professores do ensino básico. Em dois departamentos, onde os assessores relataram não terem tido tempo de observar as atividades de extensão, coincidentemente os relatórios de auto-avaliação também não contemplam esse item. Na menção desfavorável à extensão, recebida por um departamento, os assessores assinalam não encontrar na documentação recebida qualquer referência à extensão nem na unidade nem no departamento.

2.2 Sugestões apresentadas pelos assessores externos

As propostas mais recorrentes para a melhoria da atuação dos departamentos na área de extensão, generalizadas nas três grandes áreas do conhecimento, foram de três ordens: 1) a contratação de mais docentes, com base na percepção de que ensino e pesquisa são atividades prioritárias que não deixam tempo disponível para a extensão; 2) continuidade, aperfeiçoamento ou ampliação de atividades já desenvolvidas pelos departamentos – com exceção do âmbito das Biológicas, área na qual predomina o entendimento de que os departamentos prestam um grande volume de atendimento.

Além destas duas, os relatórios dos assessores externos contemplam sugestões de diferentes naturezas que foram categorizadas e agrupadas em três blocos, de acordo com o âmbito a que se dirigem: interno ao departamento; relação com o universo externo à Universidade; e providências a serem tomadas pela própria USP.

Os três quadros apresentados a seguir resumem as principais sugestões envolvendo medidas e ações cujo impacto contribuiria para a solução dos principais problemas detectados no âmbito interno do departamento ou da unidade, ou então, para potencializar os resultados de ações bem-sucedidas.

O âmbito interno dos departamentos

Do Quadro 4 constam as principais sugestões visando superar problemas e limitações detectadas no âmbito interno do departamento.

Quadro 4 Recomendações relativas ao âmbito interno dos departamentos

Sugestões	Total N	Total %	Biológicas %	Exatas %	Humanidades%
intensificação, estabilização ou equacionamento da captação de recursos financeiros	26	13,1	17,0	9,4	7,5
busca de informação sobre egressos, cursos a distância e tele-conferências	25	12,6	15,1	5,7	15,0
planejamento das atividades, estabelecimento de prioridades de acordo com os interesses da USP	19	9,5	9,4	17,0	0,0
promover equilíbrio entre extensão/ensino/pesquisa ou equilíbrio entre diferentes atividades de extensão	13	6,5	6,6	7,5	5,0
oferecer mais cursos de reciclagem de profissional	18	9,0	7,5	13,2	7,5
promover integração entre departamentos, partilhar recursos	18	9,0	5,7	9,4	17,5
ampliação da interação das atividades de extensão com pós/pesquisa ou teoria e prática	14	7,0	5,7	11,3	5,0
maior intervenção nas políticas nacionais ou esforços para tornar-se referência nacional em sua área	7	3,5	2,8	7,5	0,0
não recebeu recomendações	45	22,6	20,8	18,9	32,5

A última linha do quadro acima mostra que quase um quarto dos departamentos não receberam sugestões e que os assessores das áreas de Biológicas e Exatas foram mais pródigos na oferta de sugestões para a melhoria dos departamentos.

A preocupação com a captação de recursos financeiros (públicos e privados) para manter as atividades de extensão foi mais acentuada na área de Biológicas que das Humanidades, consistente com as informações coletadas no roteiro de auto-avaliação, sistematizadas na Tabela 14, que indicam a escassa importância ou menor interesse em discutir esse assunto no âmbito das Humanidades.

A coleta de informações sobre egressos da Universidade, junto com esforços para implementação do ensino a distância, foram tema das sugestões apresentadas por assessores de 15% dos departamentos das áreas de Biológicas e de Humanidades.

A percepção de que a atuação dos departamentos na área de extensão deve ser planejada de modo a atender prioritariamente os interesses estabelecidos pelos departamentos e unidades, de modo a que a Universidade possa gerir sua relação com a sociedade — em vez de atender a demandas externas ou

agir de acordo com iniciativas individuais dos docentes — foi explicitada por cerca de 10% dos assessores (que avaliaram departamentos das áreas de Biológicas e Exatas).

Uma advertência destaca-se no conjunto de recomendações na área de Exatas: "evitar a distorção nas atividades de pesquisa sob encomenda da indústria. [Deve-se] manter o equilíbrio entre atendimento à demanda do setor industrial e a exigência universitária de fazer avançar o conhecimento científico e tecnológico". Os mesmos assessores prosseguem: "é preciso que esta demanda seja atendida de maneira prudente, para evitar que haja expansões do departamento para atender a demandas circunstanciais".

Outra questão relativa ao planejamento: em departamentos nos quais o envolvimento com atividades de extensão parece excessivo, os assessores recomendam esforços para promover um equilíbrio, que significaria reduzir tais atividades em benefício do ensino e da pesquisa.

A necessidade de promover a interação entre as atividades de extensão com as de ensino e pesquisa, ou seja, atender ao princípio da indissociabilidade, tão valorizado no plano discursivo pela quase totalidade dos departamentos como se viu anteriormente, também consta das sugestões emitidas pelos assessores, notadamente na área de Exatas, que é justamente a que mais concentra esforços de ação extensionista.

A superação de outro obstáculo percebido — a falta de interação entre os departamentos da mesma unidade que atuam isoladamente, abrindo mão da colaboração de seus colegas mais próximos, ou seja, os demais departamentos da mesma unidade — é objeto da proposta de assessores de cerca de 10% dos departamentos, notadamente na área de Humanidades.

Outra recomendação, embora constante em poucos pareceres, é digna de nota: o cumprimento das metas estabelecidas deve ser acompanhado periodicamente, lembrando que o cumprimento destas denota a capacidade de gestão e a eficiência do departamento.

A visibilidade externa e o fortalecimento dos vínculos

Os assessores externos também avançaram propostas no sentido de promover e fortalecer o relacionamento dos departamentos com o âmbito externo à Universidade.

A preocupação com o reforço da visibilidade e do potencial do departamento para a prestação de consultorias, promoção de convênios, oferecimento de cursos e difusão pela grande mídia, assim como da divulgação das habilidades e qualificação dos alunos com vistas à garantia de emprego dos formandos, foi enfatizada nas sugestões recebidas por cerca de 15% dos departamentos, com maior ênfase na área de Exatas e menor nas Humanidades, como se observa no Quadro 5, apresentado a seguir.

Na área de Biológicas, exemplos de ações concretas foram avançadas por assessores que recomendaram "ações de *marketing* para maior divulgação de seus produtos e serviços", "melhor comunicação entre cientistas e mídia", qualificando os docentes para interagir com os meios de comunicação e montando (ou contratando) serviços especializados para atender ao departamento e à unidade.

Quadro 5 Recomendações quanto à relação com o âmbito externo aos departamentos

Sugestões	Total N	Total %	Biológicas %	Exatas %	Humanidades%
promoção da visibilidade do departamento ou das atividades (interna e externa), divulgação, *website*	30	15,1	14,2	22,6	7,5
engajamento com escolas/indústrias/órgãos do governo	15	7,5	8,5	7,5	5,0
visitas e contatos estreitos com indústria para ver o que precisam e mostrar habilidades dos alunos	9	4,5	0,0	17,0	0,0
organizar mais eventos ou participar de sociedades científicas	12	6,0	4,7	9,4	5,0
publicizar boas práticas, incentivar publicações interdisciplinares, hipermídia	8	4,0	2,8	1,9	10,0
maior intervenção nas políticas nacionais ou esforços para tornar-se referência nacional	7	3,5	2,8	7,5	0,0

O engajamento com escolas, indústrias e órgãos do governo foi objeto das recomendações de assessores das três áreas. No entanto, foi na área de Exatas que os departamentos receberam sugestões de ações bastante concretas, como formar comissões para interagir de forma sistemática por meio de visitas e reuniões mensais com líderes de empresas, incluindo a participação de alunos, visando "levantar as necessidades [das empresas] e informar aos industriais os recursos disponíveis e as habilidades dos alunos como meio para

garantir trabalho para estudantes". Esses vínculos também poderiam ser reforçados pela oferta de cursos de extensão direcionados à qualificação de profissionais que já estão inseridos nessas mesmas empresas.

Recomendam, ainda, atuação pró-ativa no sentido de organizar mais eventos e incrementar a participação nas sociedades científicas, de modo a ganharem destaque e reconhecimento para intervir com mais força nas políticas nacionais de C&T.

Outra sugestão muito interessante foi apresentada nos seguintes termos: "diversos desses projetos envolvem atividades de extensão diretamente associadas à formação dos alunos simultaneamente com uma perspectiva de investigação, o que é bastante positivo. É evidente que os relatos dessas atividades precisam ser publicados, o que seria importante para suprir a lacuna na literatura sobre procedimentos de intervenção e dificuldades relacionadas a tais práticas".

A ação da Universidade

Em suas sugestões, os assessores externos se referiram à conveniência de os órgãos centrais agilizarem processos de modo a superar entraves burocráticos e proverem o acesso dos departamentos e unidades a consultoria jurídica, postulando ações e prioridades a serem providas pela Universidade de modo a contribuir para o incremento das atividades de extensão – e, também, para aperfeiçoar o próprio processo avaliativo, como pode se observar no Quadro 6.

Quadro 6 Recomendações aos órgãos centrais da Universidade

Sugestões	Total N	Total %	Biológicas %	Exatas %	Humanidades%
reconhecimento das atividades de extensão na avaliação dos docentes e do departamento	16	8,0	7,5	13,2	2,5
prover assessoria e incentivo para registro de patentes	9	4,5	4,7	7,5	0,0
aperfeiçoar relatório de auto-avaliação e criar banco de dados para sistematizar informações sobre extensão	13	6,5	7,6	7,5	2,5
ritmo da avaliação, calendário consistente com o volume de trabalho e o tamanho do departamento	13	6,5	12,3	0,0	0,0

A assessoria e o apoio jurídico da Universidade para que os departamentos garantam seus direitos de propriedade intelectual, uma preocupação recente das universidades brasileiras, foi assinalado por assessores nas áreas de Biológicas e Exatas.

A necessidade urgente, mais enfatizada nas áreas de Exatas e Biológicas, de reconhecer e valorizar das atividades de extensão na avaliação dos docentes (e funcionários) e em sua progressão na carreira, sugerido pelos assessores, faz coro com a mesma preocupação externada nos relatórios de auto-avaliação dos departamentos que indicavam essa lacuna — sobretudo comparada com a importância atribuída aos itens publicação de artigos em revistas internacionais e participação em projetos de pesquisa — como um desestímulo para o exercício da extensão:

As atividades de extensão precisam ser valorizadas pela Universidade no mesmo nível da pesquisa científica. O trinômio Ensino-Pesquisa-Extensão deve ser valorizado nas mesmas proporções pela Universidade.

A atuação docente e a clínica são subvalorizadas como atividades para a progressão na carreira acadêmica; há claramente uma falta de abordagem sistemática de avaliar e valorar as atividades clínicas e docentes. Membros não-acadêmicos da equipe, que realizam boa parte dessas atividades, também devem ser reconhecidos...

...[recomenda-se] *a Universidade a examinar, como assunto de certa urgência, como ela poderia melhor encorajar e apoiar a produção de pesquisa aplicada em áreas profissionalmente relevantes do trabalho do departamento.*

O próprio processo e os instrumentos de avaliação também são objeto de sugestões dos assessores externos, tanto para que os relatórios de auto-avaliação dos departamentos contemplem informações quantitativas e indicadores, como para que o ritmo de trabalho dos assessores externos seja mais elástico e flexível, de acordo com o volume de trabalho. A maioria dos que se manifestaram a esse respeito sugere que o número de dias planejado

para cada departamento leve em consideração o tamanho do mesmo e o volume de atividades a serem avaliadas.

Outra recomendação constante em alguns pareceres dizia: esperamos que a Universidade analise cuidadosamente o relatório e implemente as recomendações.

3 Os planos de metas das unidades

O roteiro para elaboração dos planos de metas das unidades continha, à semelhança dos roteiros de auto-avaliação, nove questões sobre a missão da unidade, seus objetivos e metas a médio e longo prazo, as ações para alcançá-los e os respectivos indicadores para seu acompanhamento; a evolução acadêmica da unidade e sua comparação com congêneres; eventuais alterações no padrão acadêmico, fatores externos que as provocaram e dificuldades encontradas para elevação do padrão; e inquiria sobre o apoio esperado dos órgãos centrais para a superação de tais dificuldades (ver roteiro no Anexo 2). Embora as instruções de preenchimento sugerissem que as respostas fossem discriminadas entre ensino, pesquisa e extensão, boa parte não o fez, ou o fez apenas em certos itens. Assim, a coleta das informações para esta seção em vários casos foi prejudicada pela não-explicitação de itens relativos à extensão.

Dado que as questões sobre o padrão acadêmico raramente ensejaram alusões à extensão, examinam-se aqui apenas: inicialmente, o preenchimento dos quesitos relativos aos objetivos, metas e ações previstas, bem como aos respectivos indicadores propostos para extensão, considerando-se as unidades agrupadas nas três grandes áreas. Em seguida, apreciam-se as respostas sobre o apoio que as unidades manifestaram esperar das instâncias centrais da Universidade para o desenvolvimento das atividades de extensão.

3.1 Objetivos, metas, ações e indicadores

Uma observação geral sobre o conjunto das unidades, independente da área em que se inserem, é o caráter genérico das respostas relativas a esses quesitos, revelando mais intenções que objetivos. Os relatores de algumas unidades chegaram a tomar ao pé da letra a sugestão de relacionar, "a exemplo dos objetivos e metas da Gestão Reitoral, os principais objetivos e metas de médio e longo prazos...", buscando adequar inclusive a numeração dos itens do relatório da Reitoria aos objetivos de sua unidade. Mais uma vez, quiçá a própria redação do roteiro, bem como o exemplo do relatório da Reitoria, tenham induzido o caráter vago e impreciso das respostas.

Biológicas

Na área das Ciências Biológicas, as unidades são unânimes ao manifestarem, quando da indicação de seus objetivos e metas, a intenção de "valorizar", "ampliar", "incrementar" as atividades ou projetos de extensão já vigentes. Cerca de metade delas, porém, acresce a tais intenções a descrição mais precisa de objetivos e metas (embora só quatro distingam entre os de médio e longo prazo), ou extensa lista de ações concretas.

Destacam-se, dada a pertinência para o presente relatório, os objetivos da FCFRP de "cadastrar e gerir dados sobre a extensão" na unidade, ou de "sistematizar informações sobre as ações de extensão" (EE) e, mesmo, de "estabelecer um processo de avaliação da extensão" (EEFE), ecoando a própria necessidade percebida pela Universidade.

Também pertinente ao processo avaliativo é a dificuldade, já percebida por ocasião da leitura dos relatórios de auto-avaliação dos departamentos e apontada pelos assessores externos, de propor indicadores para o acompanhamento das ações previstas. Dentre as 17 unidades da área, seis não avançaram indicadores (duas propuseram apenas "a satisfação dos atendidos" ou "a satisfação da sociedade"). Dentre as demais, em apenas alguns casos foi possível perceber relação entre os objetivos, metas e ações anunciados e os indicadores sugeridos. O indicador mais citado (por quase todas) é a quantidade de ações desenvolvidas: número de cursos, de projetos de extensão, de convênios, de assessorias prestadas, de eventos, de atendimentos etc., com ênfase ao número de beneficiários (atendidos, usuários dos serviços, visitantes). Destacam-se aqui as duas Escolas de Enfermagem (da capital e de Ribeirão Preto) que propõem, não "números", mas porcentagens sobre totais pertinentes, como por exemplo: "número de assessorias prestadas X 100 e o resultado dividido pelo número de docentes da unidade"; para criar um índice de formalização das atividades de extensão, a EE propõe considerar "o número de atividades de extensão com informações sistematizadas X 100, e o resultado dividido pelo número de atividades de extensão realizadas". Também são sugeridos o número de publicações dos docentes, de sua participação em eventos ou de sua atividade editorial, de entrevistas e outras comunicações à mídia, ou o "número de alunos

matriculados na disciplina Atividades de Cultura e Extensão" (FCFRP).

Vale notar que, dentre as unidades que não propuseram indicadores, a FZEA aparentou estar aguardando "os indicadores que estão sendo especificados e definidos pela PRCEU para cada atividade". A Faculdade de Odontologia de Ribeirão Preto também tem a expectativa de que a PRCEU "está atualmente buscando uma forma de avaliar as atividades..." relativas à extensão. Mas acredita que "hoje isso ainda não é possível", especialmente devido "ao significado das atividades de cultura e extensão e as formas pelas quais (...) são entendidas nas diferentes unidades".

Exatas

Dentre as 12 unidades das Ciências Exatas, a maioria apresenta, como objetivos/metas, vagas declarações de intenção que muitas vezes refletem a incorporação do jargão – "integração com", ou "maior interação da Unidade com a sociedade", "contribuir para a disseminação do conhecimento" – ou consistem em "manter", "intensificar", "ampliar", "aperfeiçoar" ações já em curso, ou simplesmente "valorizar propostas de extensão dos docentes". Em alguns casos, distinguem-se objetivos a longo e médio prazo e tais intenções adquirem contornos mais nítidos.

Na FFCL de Ribeirão Preto, por exemplo, objetivos a longo prazo seriam "incentivar projetos em parceria com o setor empresarial" e com instituições públicas, para estágios dos alunos, ou "aperfeiçoar os mecanismos de interação com o ensino fundamental e médio". A preocupação com esses níveis de ensino também aparece nas ações previstas nos planos do ICMC, IME, IQSC, IAG – que se propõe a iniciar ensino a distância "para reforçar os conhecimentos de professores do 2º grau" –, bem como nas previstas pelo Instituto de Física do *campus* da capital, já tradicionalmente envolvido com a formação de professores de Física do ensino público e que prevê "aumentar as ações de divulgação para *alunos* do ensino fundamental e médio". De forma semelhante, "reforçar os programas de difusão e divulgação científica, sobretudo junto ao ensino médio", é um dos objetivos do Instituto de Física do *campus* de São Carlos. Além do forte incentivo, por parte da legislação, do Ministério e da PRCEU à ampliação dos vínculos com o ensino básico, o ou "reforço" desses vínculos também se explica nessas unidades de Ciências

Exatas, já que, à exceção das engenharias, parcela significativa de seus alunos, pela via da licenciatura, são preparados precisamente para lecionar nesse nível de ensino.

Nesse sentido, o Instituto de Química (*campus* da capital) destaca-se não só pela precisão das metas e ações previstas, como também pelo equilíbrio com que estas se distribuem entre integração com pesquisa e ensino, contemplando a participação de docentes e discentes na reestruturada Central Analítica, que presta importantes serviços a órgãos públicos e à comunidade – inclusive à própria cidade universitária, na forma de transferência da experiência de tratamento e economia de água e energia.

Na maioria dos planos, porém, uma repercussão quase "natural" da já mencionada imprecisão dos objetivos/metas/ações é a fragilidade da relação com os indicadores propostos para o acompanhamento dessas ações. Dentre as dez unidades que responderam a esse quesito do roteiro, em apenas três respostas percebe-se correspondência entre alguns poucos indicadores propostos e as respectivas metas; uma unidade (a Escola Politécnica) informava estar à época elaborando seu planejamento estratégico, que iria incluir "extenso rol de indicadores"; duas propuseram vagamente "o alcance" ou o "reconhecimento" das atividades de extensão", perfazendo então cinco que não propuseram indicadores. Dentre os indicadores arrolados pelas demais sete unidades, encontram-se: número de cursos ou atividades oferecidas (quatro menções); número de alunos participantes (das atividades de extensão ou dos cursos), quatro menções; publicações dos docentes e sua participação em eventos científicos, com ênfase em eventos internacionais, duas menções cada; público beneficiado (por exemplo,visitantes do museu), duas menções. O montante de recursos captados foi proposto como indicador por duas unidades (EESC e IGC), bem como o número de patentes registradas ou de transferência de tecnologia (EESC e IFSC). A EESC propõe ainda "atestado de qualidade dos serviços prestados". Preocupação com indicadores de qualidade aparece também na sugestão do IFSC, que sugere serem utilizados "índices que medissem o valor qualitativo das atividades", no que é ecoado pelo IQSC, para cujo relator poderia ser avaliado "o impacto das atividades na mídia e em órgãos públicos", bem como seu "reflexo na

qualidade do ensino e da pesquisa". É interessante notar que, apesar da freqüência com que são mencionados como alvo das ações, professores (e alunos) do ensino básico – ou a qualidade do ensino e aprendizagem nesse nível de ensino – não aparecem como possíveis indicadores.

Humanidades

Também na área das Humanidades, os relatores da quase totalidade das sete unidades anunciaram, a título de objetivos e metas, vagas intenções de "aperfeiçoar... a relação entre universidade e sociedade", "formular projetos" (não-especificados), "valorizar projetos de extensão", buscar "integrar a extensão às atividades de ensino e pesquisa", "melhorar a qualidade", ou "ampliar as ações em curso". Apenas o da FAU distinguiu objetivos de médio e longo prazos. Em alguns casos, os relatores dos planos referiram-se de forma mais concreta a ações — embora ainda de forma genérica — como "propor" ou "desenvolver cursos", "colaborar com iniciativas de extensão dos alunos", ou "expandir medidas de apoio a publicações dos docentes".

Novamente, à vagueza dos objetivos corresponde sua não-articulação com os indicadores propostos. Apenas nos planos de três unidades — Faculdades de Direito, de Educação e de Economia, Administração e Contabilidade — foi possível estabelecer relação entre alguns dos indicadores propostos com os objetivos ou ações delineados. Do conjunto das seis unidades que sugeriram algum indicador, os mais mencionados são: número de publicações dos docentes (FAU, FEARP, FFLCH); número de atividades realizadas (FAU, FD, FEA); número de alunos participantes das atividades de extensão (FAU, FE); articulação internacional (FE, FEA); número de beneficiários das ações de extensão (FE).

Nessa área, onde a informalidade parece prevalecer, a perspectiva de "institucionalizar a extensão", entendida como formalização de ações até então informais, destaca-se como objetivo de duas unidades. Na FD, pretende-se "tornar claro o papel da extensão para docentes e discentes, permitindo-se, inclusive, que contem tais atividades como parte de suas atividades acadêmicas". Coerentemente, incluem-se entre as ações previstas a aprovação da disciplina de extensão para integralização de créditos para os alunos e também a colaboração com as "iniciativas de extensão dos discentes".

Essa mesma preocupação com formalização, nesse caso de adequação ao Regimento de Extensão da USP, compõe três dos cinco blocos de objetivos e ações da FEA. Propõe-se aí, por exemplo, o mapeamento, o planejamento e a regulamentação das ações de extensão, buscando "harmonizar os aspectos regimentais referentes às normas da Pró-Reitoria e da FEA". Reestruturar a CCEx, rever as sistemáticas de avaliação dos cursos propostos, de controle e de "produção de relatórios sobre os cursos, destinados à PRCEU", também integram o plano da FEA.

A proposição de objetivos, metas e ações concretas, em sintonia com a tradição da unidade, aparece nos planos de três delas (FAU, FE, FEA). Na FAU destaca-se, por exemplo, a perspectiva de integrar a extensão a "atividades oficiais dos programas de ensino", instituindo laboratórios ou núcleos de extensão para abrigar programas permanentes de apoio à comunidade. A FE pretende consolidar e ampliar seus programas voltados para o sistema público de ensino básico e garantir a integração da Escola de Aplicação às atividades de ensino e pesquisa. Dentre os objetivos e ações enunciados pela FEA, incluem-se a manutenção do apoio a seus três programas de extensão já consolidados, bem como o suporte ao amplo leque de atividades desenvolvidas pelas entidades do corpo discente.

* * *

Cabe destacar que, do total de 36 unidades de todas as áreas, um quarto delas incluiu, entre seus objetivos, oferecer cursos de ensino a distância, em sintonia com o plano de gestão reitoral – a FE propõe-se a criar grupo de trabalho para "realizar estudos avaliativos sobre a educação a distância" –, mesmo se isso não parece possível no curto prazo: a FMVZ tem como meta "estudar criteriosamente a maneira de implementar o estudo a distância dentro do campo da Medicina Veterinária, em face de sua peculiaridade".

Sentida na leitura do conjunto dos planos de metas, a dificuldade de planejar – e conseqüentemente de gerir – ações de extensão manifesta-se tanto na indicação de objetivos, metas e ações consistentes quanto na de indicadores. A solicitação de distinguir os objetivos de médio (5 anos) e longo prazo (10 anos), contida no roteiro do plano de metas, só foi atendida por cerca de um

quarto das unidades, coerente com proporção semelhante verificada entre os departamentos (19% – Tabela 15 do Anexo 3).

Entretanto, a maior dificuldade parece concentrar-se na proposição de indicadores. Quase um terço das unidades não os propôs (tal como ¼ dos departamentos, cf. Tabela 16). Dentre as demais, nos planos de apenas sete unidades foi possível perceber alguma correspondência entre os indicadores e as ações propostas. Essa dificuldade de planejar as atividades de extensão, deve-se ressaltar, não é exclusiva da USP, dada a recente valorização dessa importante dimensão das atividades universitárias e a escassa experiência de avaliação e acompanhamento da extensão. Como vários relatores da auto-avaliação nos departamentos e unidades sublinharam, a definição de indicadores para a avaliação da extensão encontra-se ainda em processo no âmbito dos órgãos centrais da USP.

Cabe também lembrar que a inexistência de política e planejamento para a extensão, como sublinhado pelos assessores externos, é recorrente em grande parte dos departamentos: apenas 1/3 dos departamentos informaram serem as atividades de extensão definidas em instâncias colegiadas, Conselho do Departamento ou CCex, já mencionado anteriormente. Essa carência, tanto do planejamento de ações quanto de indicadores, prejudica inclusive avaliações futuras por falta de linha de base para acompanhamento.

3.2 Apoio esperado dos órgãos centrais da USP

No que diz respeito ao apoio esperado dos órgãos centrais da USP as unidades, de um modo geral, fazem coro às reivindicações contidas nos relatórios dos departamentos. Como se pode verificar na Tabela 17, as três modalidades de apoio demandado pelos departamentos concentram-se em aspectos financeiros (49,2%), contratação e qualificação de docentes e funcionários administrativos (34,7%) e ampliação ou adequação da infra-estrutura física (24,6%). Quase dois terços das unidades mencionam esses mesmos itens como os recursos que esperam receber dos órgãos centrais. Não são poucos os que referem à escassez de espaço e recursos para a realização de atividades que, se fossem executadas, competiriam com, ou mesmo inviabilizariam, a docência e a pesquisa.

O apoio para a implantação de infra-estrutura física e de recursos humanos específicos para atender às atividades de extensão — de modo similar ao que já acontece com o ensino de graduação e pós-graduação — como instalação de salas equipadas, alocação de pessoal administrativo e designação de docente responsável pelas atividades de extensão, é mencionado por um número significativo de unidades. Tendo como pano de fundo a comparação com as outras duas atividades fim (ensino e pesquisa), algumas unidades mencionam a necessidade de distribuir bolsas para alunos de graduação e pós envolvidos com a cultura e extensão.

Sugerem, também, a utilização de indicadores de produtividade como critério para a dotação de recursos humanos e a distribuição de recursos orçamentários "compatíveis com a natureza e o volume de seus compromissos", "baseados na realidade objetiva", "premiando a qualidade e a produtividade" (FOB, IP, IQ, EERP, FSP, FZEA, ICMC e FEARP).

É expressivo o número de unidades que invocam a grande diversidade entre as mesmas para solicitar que suas particularidades sejam consideradas pela administração central no que tange à necessidade de suporte jurídico, distribuição de recursos financeiros, contratação de docentes e, sobretudo, na agilidade de atendimento para situações emergenciais.

Outras unidades referem-se à expectativa de que os órgãos centrais dirijam seus esforços para apoiar a captação de recursos junto às agências de fomento, divulgando oportunidades e assessorando as unidades (EEFE, EERP, EESC, FOB, FAU, FD).

O fortalecimento das CCex também está na mira de duas unidades (EERP, FORP), sugerindo que a PRCEU reverta parte do *overhead* recolhido para o fortalecimento desses colegiados.

O apoio financeiro para a produção de material didático, divulgação institucional e de C&T, bem como para a publicação de periódicos Qualis A é indicado em diversos planos (EERP, ESALQ, IGc, FD, FCFRP, IAG), bem como a aquisição de equipamentos e a capacitação necessária para o ensino à distância.

Cerca de 22% dos departamentos mencionaram, em seus relatórios de auto-avaliação (Tabela 17), a necessidade premente de agilizar, facilitar e flexibilizar os processos e mecanismos burocrático-administrativos relativos à extensão, mencionando a perda de convênios e de oportunidades de relacionamentos promissores com empresas devido às exigências burocráticas, que acabam por afugentar parceiros externos, porque são "muito lentos e complexos para a realidade que temos de atender". Esse tema — recorrente também nas recomendações dos avaliadores externos, e que será retomado nas recomendações finais do presente relatório — foi abordado com muita ênfase pelos relatores das unidades que esperam "agilidade nas respostas às solicitações e consultas", "revisão da legislação de convênios universidade-empresa", "presteza no atendimento e aproximação com as unidades", "promovendo o aperfeiçoamento dos processos que não estão subordinados a normas estaduais, buscando maior agilidade e otimização", "implantação de mecanismos mais ágeis no estabelecimento de parcerias, como forma de alavancar mais recursos", ou ainda, "uniformizar, simplificar e padronizar os processos administrativos, para facilitar os trâmites dos mesmos, desenvolvendo ferramentas de gestão eficientes para que os docentes dediquem maior tempo às atividades fim".

A convivência de diferentes sistemas que implicam a multiplicação de tarefas para registrar inúmeras vezes informações sobre as atividades desenvolvidas (Anuário USP, relatórios periódicos dos departamentos e unidades, *curriculum vitae* dos docentes, atividades de extensão, relatórios de auto-avaliação etc.) é mencionada como um problema a ser solucionado pelos órgãos centrais, tanto pela multiplicação desnecessária da tarefa de prestar informações como pela dificuldade posterior de recuperar as que se revelam necessárias para o gerenciamento e administração dos departamentos e unidades. A revisão e facilitação dos procedimentos de registro e cadastramento das atividades de cultura e extensão é, assim, outro item de apoio solicitado com bastante ênfase, como se depreende destes excertos:

Os sistemas corporativos deveriam ser capazes de receber e fornecer todos os dados necessários para a gestão das unidades, evitando a duplicação ou a falta de canais de entrada de informações e o preenchimento múltiplo de formulários, manuais ou eletrônicos, pelos docentes e pela administração das unidades.

...alcançar, com a maior brevidade, melhorias na capacidade de recuperação dos dados coletados e registrados através dos diversos sistemas da USP e da plataforma Lattes.

4 Recomendações

O contexto de recente valorização das atividades de cultura e extensão pelas universidades brasileiras e demais instâncias responsáveis pelas políticas de ensino superior, apontado e discutido nos capítulos anteriores, é tomado como pano de fundo sobre o qual são apresentadas as considerações e recomendações finais deste relatório.

Antes de tudo, é preciso sublinhar o efeito cumulativo e mobilizador da avaliação anterior realizada pela USP em 1995, que se refletiu nos relatórios de auto-avaliação dos departamentos do presente ciclo, tanto em relatos de melhoria e ampliação de atividades ocorridas a partir de sugestões recebidas dos avaliadores naquela oportunidade, quanto em referências a avaliações favoráveis recebidas dos avaliadores externos anteriormente e as novas perspectivas de atuação motivadas pela reflexão promovida pelo processo avaliativo.

Por outro lado, a escassa experiência das universidades brasileiras em avaliação das atividades e processos extensionistas inevitavelmente repercute sobre as recomendações aqui apresentadas, como certamente influenciou cada fase do processo avaliativo ocorrido de 2003 a 2005, desde a elaboração dos instrumentos de coleta de dados, passando pelo preenchimento dos roteiros, até a consolidação das informações aqui apresentada. Refiro-me essencialmente à falta de elementos norteadores dos focos prioritários a serem contemplados pela avaliação, à escassez de registros das atividades em bases de fácil recuperação e de pessoal de apoio técnico-administrativo encarregado da organização desses dados, além do escasso apoio a docentes e alunos envolvidos, à inexistência de indicadores consolidados para as diferentes práticas e processos que envolvem a cultura e a extensão, às controvérsias que envolvem a captação e a destinação dos recursos orçamentários e, por fim, à inegável posição pouco privilegiada que a extensão universitária ocupou e continua a ocupar nas universidades e diretrizes políticas e de fomento nacionais, em comparação com os outros dois componentes do "indissolúvel" trinômio, o ensino e a pesquisa.

Nesse cenário — que evolui lenta mas favoravelmente graças às já mencionadas iniciativas do Fórum de Pró-Reitores articulado à Sesu/Mec e outras poucas experiências localizadas em outras universidades —, a maior universidade brasileira destaca-se pela posição privilegiada que mantém no desempenho de atividades culturais e de extensão realizadas com sucesso há, pelo menos, meio século.

É justamente nessa dupla perspectiva, que contempla, de um lado, os desafios a serem vencidos na consolidação de parâmetros para a atuação e a avaliação no âmbito extensionista e, de outro, do lugar pioneiro, abrangente, privilegiado e empreendedor ocupado pela USP nessa área, como se comprovou ao longo do presente relatório, que se apresentam as recomendações a seguir.

4.1 Melhorias e ações: órgãos centrais da USP e PRCEU

Duas ações coordenadas pelos órgãos centrais (CPA – Comissão Permanente de Avaliação e PRCEU – Pró-Reitoria de Cultura e Extensão) repercutiram favoravelmente sobre os processos relativos à extensão e também sobre a avaliação.

Os recursos providos pela Comissão Permanente de Avaliação para armazenar todos os documentos gerados no processo avaliativo — relatórios de auto-avaliação dos departamentos e unidades, resultados das avaliações dos departamentos pelo assessores externos e planos de metas dos departamentos e unidades — em banco de dados específico e de fácil recuperação pela internet, é um avanço que certamente poderá contribuir para facilitar as próximas avaliações, porque permitirá aos órgãos centrais, departamentos e unidades o acompanhamento do cumprimento das metas estabelecidas e a implementação, ou não, das recomendações recebidas dos assessores externos.

Por sua vez, os esforços dirigidos pela PRCEU, em conjunto com a reitoria da USP, nos últimos três anos, para a conceituação e regulamentação das atividades e processos de cultura e extensão, definindo inclusive as instâncias colegiadas e suas atribuições (COCEX e Ccex) no nível central e das unidades, configuram-se em claros indicadores da valorização atribuída ao trabalho extensionista pelos órgãos centrais da universidade.

Contudo, o pequeno lapso temporal decorrido da publicação dessas normas, consolidadas em resoluções publicadas simultaneamente (ou paralelamente) ao processo avaliativo, parece ter concorrido para o reduzido impacto do esforço normatizador e institucionalizador sobre a estrutura de funcionamento dos departamentos e unidades, como sugerem as informações prestadas por estes no que tange ao funcionamento das CCex, mencionadas por apenas 15% dos departamentos, ou a escassa apropriação das definições das atividades de extensão, como se pode perceber nos relatórios dos departamentos.

Esse desconhecimento das normas definidoras e reguladoras das atividades e processo relativos à extensão, demonstrado por boa parcela dos responsáveis pela elaboração dos relatórios de auto-avaliação dos departamentos, pode também, ser relacionado parcialmente ao clamor por simplificação e agilização dos processos burocráticos relativos à extensão, sobretudo no que diz respeito à oferta de novos cursos e estabelecimento de parcerias externas pois, como se sabe, o conhecimento das exigências administrativas e burocráticas é um fator determinante da consecução bem-sucedida de processos dessa natureza em qualquer organização, seja ela universitária, empresarial ou governamental.

A reduzida capacidade de planejamento e gestão das atividades de extensão por parte dos departamentos e unidades é outra questão que transparece em todos os documentos consolidados pelo presente relatório, sobretudo nas avaliações dos assessores externos e nos planos de metas das unidades. Essa dificuldade, que em parte pode ser atribuída à recente valorização, formalização e institucionalização das atividades extensionistas no contexto brasileiro, também é um assunto que merece ser considerado pelos órgãos centrais da universidade.

Outro desafio a ser enfrentado — enfatizado nos relatórios de auto-avaliação, nos apoios esperados pelos departamentos e unidades e nas recomendações dos assessores externos — é o de valorizar as atividades de extensão nas avaliações de produtividade dos departamentos, e sobretudo dos docentes, de modo que o envolvimento com a extensão venha a ser registrado nos currículos dos docentes para garantir as recompensas acadêmicas nas

avaliações de mérito e para a progressão na carreira, em pé de igualdade com os tradicionais indicadores de produtividade medidos pela publicação de artigos, carga horária em docência e participação em grupos e trabalhos de pesquisa estritamente acadêmicos. Questão similar refere-se à necessidade de oferecer apoio à implantação de infra-estrutura (física, recursos humanos, equipamentos e logística) específica para apoiar atividades de extensão em departamentos e unidades nas quais as atividades extensionistas alcançam grande volume. Trata-se de implantar secretarias bem equipadas e dotadas de pessoal técnico-administrativo e docentes coordenadores, a exemplo do que ocorre com o ensino e pesquisa.

Os benefícios financeiros auferidos nas atividades de extensão, ou melhor dizendo, a geração e aplicação dos recursos extra-orçamentários, é uma questão polêmica que atravessa todos os documentos analisados. Esse aspecto, objeto de debate público, transcende as fronteiras das universidades e da avaliação em análise, apresentando diferentes contornos cuja nitidez depende em parte das diversas tradições culturais consolidadas nas três grandes áreas do conhecimento: nas Ciências Biológicas, as atividades extensionistas ou a contrapartida financeira parecem ser a decorrência natural do atendimento prestado a grandes contingentes populacionais e a setores governamentais, como parte intrínseca da formação do alunado; nas Ciências Exatas, são interpretadas como legítimas fontes de recursos financeiros adicionais resultantes de atividades de extensão (na forma de consultoria, cursos e transferência de tecnologia) que têm o mérito de qualificar o docente e melhorar sua atuação; enquanto, nas Humanidades, parecem conviver duas interpretações conflitantes, uma altamente empreendedora na captação de recursos e outra bastante tímida ou até refratária à obtenção de benefícios financeiros extra-orçamentários em atividades de extensão. Segundo consta das avaliações e recomendações de assessores externos, notadamente, mas não exclusivamente, para departamentos da área de Biológicas e Exatas, estes devem planejar a redução do volume de atividades de extensão pois o acentuado (ou excessivo) engajamento e compromisso dos docentes com essas atividades afeta a disponibilidade para a docência e a pesquisa, além de não atender às necessidades e interesses acadêmicos prioritários do

departamento e da universidade, com o risco de conceder privilégio a interesses externos.

As recomendações dos assessores externos também se estenderam a aspectos do processo avaliativo do qual participaram. Um conjunto expressivo de assessores externos sentiu-se pressionado pela escassez de tempo atribuído à visita e preenchimento dos relatórios, sobretudo nos departamentos maiores que desempenham um grande volume de atividades. Além disso, foram muito enfáticos ao identificar, nos relatórios de auto-avaliação dos departamentos, a falta de informações quantitativas referentes a número de atividades realizadas e de público atingido, benefícios esperados e alcançados pelas ações realizadas e, também, de indicadores para facilitar a avaliação das ações.

Essa questão, parece imbricada com um dos apoios que os departamentos e unidades indicaram esperar receber dos órgãos centrais: a implantação de sistemas informatizados integrados para evitar o consumo de tempo considerado excessivo pelos relatores, na sistematização e registro de atividades em diferentes sistemas que são estanques e, por isso mesmo, exigem que as informações sejam repassadas e registradas repetidas vezes em diferentes sistemas, o que também dificulta a recuperação desses registros.

Com base nas questões até aqui sintetizadas, apresentam-se as seguintes recomendações consideradas pertinentes para a atuação futura ação dos órgãos centrais.

A divulgação dos conceitos e normas contidos nas resoluções e portarias referentes à cultura para toda a comunidade USP poderia ser o próximo passo em direção à formalização da extensão, contribuindo para retirar da informalidade parte dos serviços prestados. Considerando o emaranhado de normas, a divulgação de todas as resoluções sobre cada atividade ou processo poderia ter efeito reduzido, devido à quantidade de disposições substituídas, revogadas ou acrescentadas. Essa dificuldade foi experimentada ao elaborar o Quadro 1, apresentado no item 1.2 do presente relatório (resumindo as principais regulamentações relativas aos cursos de extensão, pela síntese de quatro diferentes resoluções publicadas ao longo de 4 anos). Esse quadro,

cuja elaboração implicou certo grau de dificuldade e diversas consultas a diferentes resoluções, poder ser tomado como um exemplo de síntese a ser utilizada na divulgação das normas e resoluções relativas às atividades de cultura e extensão. Uma tal divulgação poderá contribuir para a superação, mesmo que parcial, dos impasses burocráticos que se devem ao desconhecimento dos passos exigidos.

Paralelamente à divulgação do arcabouço normativo, seria conveniente proceder a um levantamento das maneiras de facilitar os processos burocráticos que envolvem as atividades extensionistas, sem prejuízo do devido controle dos órgãos centrais, de modo a agilizar os processos para a celebração de convênios e parcerias, minimizando assim as dificuldades impostas e os riscos de perda de oportunidades de colaboração com empresas e órgãos governamentais, decorrente da lentidão dos processos.

Ainda de cunho administrativo, registram-se mais duas sugestões: 1) esforços para o aperfeiçoamento dos sistemas e bancos de dados destinados ao registro e posterior recuperação das informações prestadas pelos departamentos e unidades (sobre extensão), tendo em conta que essa modernização pode se refletir em economia do tempo consumido em trabalho duplicado e, sobretudo, na facilidade do controle tanto no âmbito dos departamentos e unidade como dos órgãos centrais; 2) a avaliação da possibilidade de garantir o apoio para implantação de secretarias de suporte técnico-administrativo às atividades de extensão, em departamentos ou unidades cujo volume de trabalho justifique essa demanda. A estas recomendações, em sintonia com os anseios dos relatores dos departamentos, somam-se as dos assessores externos, que também recomendaram a contratação de mais docentes, tendo em vista que a realização das atividades de ensino e pesquisa, consideradas prioritárias, sobrecarregam os docentes e não deixam tempo para a cultura e extensão.

A significativa parcela de unidades que sinalizaram a perspectiva de implantar o ensino à distância, que era um dos objetivos da gestão reitoral encerrada em 2005, também sugere a necessidade de esforços no sentido de prover recursos tecnológicos e capacitação de pessoal com essa finalidade.

Do ponto de vista da consolidação das políticas de extensão, após ter definido as instâncias colegiadas (CCex) responsáveis nas unidades pela interlocução com os órgãos centrais, o próximo passo parece ser o de apoiar as unidades que ainda não implantaram suas CCex, ou nas quais esse colegiado parece menos ativo, que são justamente aquelas que executam menor volume de atividades de extensão, para fazer funcionar tal instância. Esse passo poderia posteriormente vir a contribuir para o aperfeiçoamento dos planos de metas das unidades, que ainda se montram muito insuficientes.

A transferência de tecnologias desenvolvidas por diferentes setores da universidade tem envolvido cada vez mais o debate em torno dos mecanismos jurídicos de proteção da propriedade intelectual, sobretudo em patentes de processo e produtos gerados em parcerias com setores externos. É uma questão que mobilizou os participantes da avaliação no sentido de indicar, solicitar e recomendar (no caso dos assessores) o incremento e facilitação do acesso a apoio jurídico e assessorias para o registro de patentes.

O debate em torno dos recursos financeiros captados pelas atividades de extensão não é exatamente um assunto novo, pois já vem ocorrendo dentro e fora da universidade e já é objeto de normas elaboradas no âmbito da própria universidade. Entretanto, as informações coletadas na presente avaliação demonstram a convivência entre extremos, que vão desde a recusa até a adesão incondicional e pouco planejada, quando se trata de captar recursos. Por se tratar de assunto tão polêmico, encarado como um dilema por diversos assessores externos, seria recomendável que, no mínimo, se buscasse realizar uma campanha de esclarecimento para que os mais refratários tivessem condição de reconsiderar as perdas decorrentes tanto da recusa de auferir benefícios financeiros como dos possíveis limites jurídicos a tais práticas.

De certo modo, a reivindicação por valorização e reconhecimento das atividades de extensão nas carreiras dos docentes e dos funcionários técnico-administrativos, nos mecanismos de promoção, de modo a garantir o acesso destes ao sistema de recompensas vigentes nas universidades, parece se configurar num dos êxitos resultantes da valorização que recentemente vem sendo atribuída a essa vertente do compromisso acadêmico. Essa demanda, referida em todos os documentos analisados, foi enfatizada pelos assessores

externos, merece especial consideração por parte dos órgãos centrais da universidade. Entretanto, mais que empenho no âmbito interno da universidade, o alcance da valorização reclamada certamente exigirá um esforço adicional no sentido de intervir junto aos órgãos definidores das diretrizes políticas nacionais de avaliação de cursos e das plataformas de registros de atividades acadêmicas, como o MEC, a Capes, o CNPq. Essa é uma tarefa que certamente poderá ser cumprida pela USP, cuja capacidade e poder de influência denotam-se pelo significativo contingente de seus quadros profissionais a integrar comissões e órgãos responsáveis pelas políticas nacionais.

A elaboração de indicadores específicos para as atividades de extensão é um trabalho que já começou a ser realizado por poucas unidades, enquanto outras afirmam pretender aguardar até que os órgãos centrais concluam essa tarefa. Diante do volume de informações coletadas no processo avaliativo e das contribuições dos assessores externos, mais uma vez, a USP parecer ser a instituição universitária brasileira que reúne as melhores condições para investir na produção de indicadores.

Por fim, os assessores externos, diante de ações consideradas muito inovadoras ou bem-sucedidas e da escassez de publicações sobre o assunto, deixaram uma recomendação que deve ser valorizada, acatada e implementada pela universidade: publicar tais experiências.

Finalmente, recomendações que podem contribuir para as futuras avaliações.

A experiência desta avaliação, que se encerra em 2005, indica que o longo período temporal de abrangência (dez anos passados) e planejamento para os próximos dez anos, que em raros casos foi atendido pelos relatores, poderia ser reduzido para facilitar tanto o trabalho dos relatores e avaliadores quanto a obtenção de um retrato mais atualizado das atividades.

Outro aperfeiçoamento, referido pelos assessores externos, cuja introdução poderia beneficiar a todos os envolvidos, seria a inclusão de informações quantitativas sobre cada uma das modalidades de atividades de extensão, público alcançado e resultados produzidos.

Vale a pena considerar ainda a possibilidade de que a experiência avaliativa contemple o exame da implementação das sugestões contidas nos pareceres dos avaliadores externos e a consecução das ações contidas nos planos de meta dos departamentos e unidades.

4.2 Melhorias e ações a serem implantadas por departamentos e unidades

O elevado percentual (cerca de 90%) de avaliações favoráveis e parcialmente favoráveis atribuídas aos departamentos merece ser considerado um reconhecimento do mérito da atuação destes na área de extensão.

No âmbito interno dos departamentos a recomendação prioritária, segundo os assessores externos, é a intensificação ou estabilização da captação de recursos financeiros, com grande ênfase na perspectiva de buscar recursos das agências de fomento, sobretudo pela inclusão de atividades de extensão em projetos de pesquisa, sem perder de vista o aporte de recursos oriundos de empresas privadas e da oferta de cursos.

Recomenda-se, também, a coleta de informações sobre egressos dos cursos, pelo possível rebatimento destas na reformulação de currículos e no aprofundamento do conhecimento de novas oportunidades oferecidas pelo mercado de trabalho.

O planejamento das atividades de extensão, com ênfase na definição de prioridades que atendam aos interesses da universidade e promovam o equilíbrio entre as atividades de extensão, pesquisa e ensino merece ser objeto de grande esforço por parte dos departamentos e unidades com o incentivo dos órgãos centrais.

As interações e colaborações com parceiros externos, tão valorizadas nas atividades de extensão, parecem, segundo os assessores que visitaram os departamentos, ser mais fortes para fora das fronteiras departamentais que dentro dos próprios departamentos. Caberia quiçá examinar a possibilidade de criar mecanismos de incentivo à maior interação interdepartamental no interior das unidades nas quais a falta de comunicação é um obstáculo.

No que se refere ao relacionamento com o mundo externo à universidade, a promoção da visibilidade dos próprios departamentos e unidades e de seu

grande potencial para contribuir para com o desenvolvimento socioeconômico do país e para aplacar as desigualdades promovendo a inclusão social, são recomendações de caráter genérico que, no entanto, merecem e precisam estar no horizonte da atuação e do planejamento daqueles que integram a maior e mais importante universidade brasileira.

Anexo 2 Roteiros adotados no processo avaliativo

ROTEIRO PARA AUTO-AVALIAÇÃO DOS DEPARTAMENTOS

Aspectos Gerais da Cultura e Extensão

5.1.1 Descreva as principais atividades e projetos de cultura, extensão e prestação de serviços à comunidade e sua evolução nos últimos 10 anos, distinguindo as atividades que revertam benefícios financeiros para a Unidade.
5.1.2 Como o departamento se compara aos congêneres nacionais e internacionais no que se refere à extensão e prestação de serviços à comunidade?
5.1.3 Como é elaborada a política de cultura, extensão e prestação de serviços da Unidade?
5.1.3 Comente as inovações e iniciativas mais relevantes nos últimos 10 anos.

Atividades de Cultura, Extensão e Prestação de Serviços

5.2.1 Relacione os principais cursos e/ou disciplinas de extensão, especialização e divulgação e suas respectivas demandas.
5.2.2 Qual a importância e as conseqüências da participação da Unidade em consultorias e/ou assessorias a instituições públicas e particulares?
5.2.3 Comente a importância e as conseqüências da participação nas atividades de cultura e extensão para o desenvolvimento da Unidade.
5.2.4 Indique as principais atividades assistenciais, culturais e de divulgação da ciência e tecnologia da Unidade.
5.2.5 Indique os principais projetos em colaboração com outras unidades da USP, com outras instituições, e convênios relativos à cultura e extensão.
5.2.6 Indique os textos, material didático, equipamentos e outros produtos criados na Unidade voltados para a comunidade externa à Universidade.

Objetivos e metas na Cultura e Extensão

5.3.1 Relacione os principais objetivos e metas para as atividades de cultura e extensão para períodos de médio e longo prazos (5 e 10 anos).
5.3.2 Comente as ações propostas para alcançar estes objetivos e metas.
5.3.3 Dentro da realidade orçamentária da USP, qual o apoio esperado dos Órgãos Centrais para alcançar os objetivos e metas?
5.3.4 Explicite os principais indicadores que devem ser utilizados para o acompanhamento das ações, dos objetivos e das metas propostas.

ROTEIRO PARA OS ASSESSORES EXTERNOS

1. Apreciação geral do Departamento
   O relatório apresentado por eles encontra-se transcrito na íntegra, no item 10
2. Comente os aspectos gerais do Departamento no que se refere a:
a) Adequação do quadro docente e de funcionários
b) Adequação da infra-estrutura no que se refere a: Biblioteca, Informática, Espaço-físico, Laboratório, Outros
3. Comente os aspectos referentes à Graduação
4. Comente os aspectos referentes à Pós-graduação
5. Comente os aspectos referentes à Pesquisa
6. Comente os aspectos referentes à Cultura e Extensão e Prestação de Serviços à Comunidade
7. Como se dá a articulação do Departamento com a respectiva Unidade?
8. Apreciação do Plano de Metas do Departamento.
9. Sugestões para o aperfeiçoamento do Departamento
10. Observações adicionais que considere relevantes.

ROTEIRO DO PLANO DE METAS DAS UNIDADES

1 Descreva qual é a missão da sua Unidade, ou seja, quais as expectativas e solicitações da sociedade a que ela deve atender?
2 Relacione, a exemplo dos objetivos e metas da Gestão Reitoral *(transcritos abaixo)*, os principais objetivos e metas de médio e longo prazos (5 e 10 anos) da Unidade. Recomendamos que sejam agrupados por atividade-fim.
3 Comente as ações propostas para alcançar estes objetivos e metas.
4 Como é realizada a articulação entre os Departamentos e as Comissões Acadêmicas da Unidade, visando alcançar os objetivos e metas propostos?
5 Comente a evolução acadêmica da sua Unidade nos últimos 10 anos.
6 Comente as mudanças do ambiente externo que têm exigido alteração dos padrões de atuação de sua Unidade.
7 Relacione as dificuldades encontradas para a elevação dos padrões acadêmicos da Unidade e o que tem sido feito para superá-las.
8 Dentro da realidade orçamentária da USP, como os Órgãos Centrais podem contribuir para a superação destas dificuldades?
9 Explicite os principais indicadores que devem ser utilizados para o acompanhamento das ações, dos objetivos e metas da Unidade.
10 Caso as planilhas Modelo de Planejamento Estratégico da USP tenham sido preenchidas, anexe-as abaixo. Caso contrário, resuma aqui os objetivos e metas e as ações, com os respectivos indicadores.

Objetivos e Metas da Gestão Reitoral 2001-2005

1. Ampliar o número de vagas de graduação.
2. Diminuir a evasão dos alunos dos cursos de graduação.
3. Aperfeiçoar o desempenho acadêmico dos programas de pós-graduação e monitorá-los por meio de avaliação interna continuada.
4. Intensificar a internacionalização da pós-graduação.
5. Aumentar a cooperação entre os grupos de pesquisa nacionais e internacionais e ampliar a sua capacidade de resolver os problemas da sociedade.
6. Aperfeiçoar e expandir o programa de Iniciação Científica como instrumento de formação de recursos humanos competentes para geração de conhecimento.
7. Aperfeiçoar os procedimentos institucionais voltados à interação da Universidade com a sociedade nos campos da cultura, ciência, tecnologia e artes.
8. Valorizar os projetos de extensão desenvolvidos pelas Unidades de Ensino e Pesquisa, Museus, Institutos Especializados e Órgãos Centrais.
9. Ampliar o ensino à distância.
10. Aprofundar a política de avaliação institucional.

Anexo 3
Tabelas: distribuição dos departamentos, agrupados por grandes áreas, segundo tópicos selecionados do roteiro de auto-avaliação

Tabela 1 Distribuição dos departamentos que ministram alguma modalidade de curso de extensão

Ministram cursos	Total N	Total %	Biológicas	Exatas	Humanidades
Sim	179	89,9	93,4	88,7	82,5
Não	20	10,1	6,6	11,3	17,5
Total	199	100,0	(106) 100%	(53) 100%	(40) 100%

Tabela 2 Distribuição dos departamentos que ministram cursos de extensão em parceria com outras instituições

Parceria	Total N	Total %	Biológicas	Exatas	Humanidades
com deptos./ unidades/ órgãos USP	36	18,1	17,9	11,3	27,5
com instituição nacional não-acadêmica	59	29,6	29,2	35,8	22,5
com instituição nacional acadêmica	24	12,1	11,3	13,2	12,5
com instituição estrangeira acadêmica	16	8,0	4,7	13,2	10,0
com instituição estrangeira não-acadêmica	8	4,0	3,8	5,7	2,5

Tabela 3A Distribuição dos departamentos que prestam consultoria

Prestam consultoria	Total N	Total %	Biológicas	Exatas	Humanidades
Sim	173	86,9	88,7	92,5	75,0
Não	26	13,1	11,3	7,5	25,0
Total	199	100,0	(106) 100%	(53) 100%	(40) 100%

Tabela 3B Distribuição dos departamentos que prestam consultoria segundo os demandantes/beneficiários destas

Quem demanda	Total N	Total %	Biológicas	Exatas	Humanidades
empresas, fundações e institutos públicos	99	49,7	48,1	60,4	40,0
empresas privadas	89	44,7	41,5	64,2	27,5
Executivo	69	34,7	39,6	34,0	22,5
legislativo, judiciário e MP	23	11,6	6,6	24,5	7,5
organizações da sociedade civil	27	13,6	12,3	17,0	12,5

Tabela 4A Distribuição dos departamentos que prestam assistência

Realizam atividades assistenciais	Total N	Total %	Biológicas	Exatas	Humanidades
Sim	126	63,3	88,7	35,8	32,5
Não	73	36,7	11,3	64,2	67,5
Total	199	100,0	(106) 100%	(53) 100%	(40) 100%

Tabela 4B Distribuição dos departamentos prestam assistência segundo a participação discente

Participação discente	Total N	Total %	Biológicas	Exatas	Humanidades
Alunos	30	15,1	22,6	5,7	7,5
DA/CA/DCE/APG	5	2,5	0,9	1,9	7,5
Não	158	79,4	75,5	86,8	80,0
Outros	6	3,0	0,9	5,7	5,0
Total	199	100,0	(106) 100%	(53) 100%	(40) 100%

Tabela 5 Distribuição dos departamentos segundo atividades culturais e de divulgação mencionadas

Outras atividades	Total N	Total %	Biológicas	Exatas	Humanidades
entrevistas e textos para meios de comunicação e divulgação, *sites*	102	51,3	61,3	35,8	45,0
organização de eventos científicos, tecnológicos, artísticos	108	54,3	50,0	54,7	65,0
participação na direção de colegiados, sociedades científicas, artísticas	84	42,2	45,3	39,6	37,5
organização de exposições, feiras, visitas	50	25,1	18,9	39,6	22,5
produção e edição de periódicos e livros próprios do departamento/unidade	44	22,1	18,9	11,3	45,0
atividades culturais e desportivas	37	18,6	15,1	20,8	25,0

Tabela 6 Distribuição dos departamentos segundo a produção de materiais didáticos, equipamentos, produtos destinados ao público externo

Indicam produção	Total N	Total %	Biológicas	Exatas	Humanidades
Sim	109	54,8	67,0	45,3	35,0

Tabela 7 Distribuição dos departamentos segundo a participação em projetos coordenados pela PRCEU

Projeto	Total N	Total %	Biológicas	Exatas	Humanidades
Projeto Terceira Idade	49	24,6	28,3	28,3	10,0
Projeto Universidade e as Profissões	42	21,1	24,5	28,3	2,5
Projeto Semana de Arte	14	7,0	8,5	7,5	2,5

Tabela 8A Distribuição dos departamentos segundo a realização de projetos e/ou programas em colaboração e parceria

Projetos em parceria	Total N	Total %	Biológicas	Exatas	Humanidades
Sim	158	79,4	84,0	77,4	70,0
Não	41	20,6	16,0	22,6	30,0
Total	199	100	(106) 100%	(53) 100%	(40) 100%

Tabela 8B Distribuição dos departamentos que realizam projetos e/ou programas em colaboração e parceria segundo a instituição parceira/financiadora

Parceria com	Total N	Total %	Biológicas	Exatas	Humanidades
outra unidade USP	75	37,7	46,2	24,5	32,5
poderes executivo, legislativo e judiciário	76	38,2	47,2	32,1	22,5
agência financiadora nacional	51	25,6	21,7	39,6	17,5
agência financiadora internacional	16	8,0	6,6	7,5	12,5
instituição de ensino	49	24,6	25,5	22,6	25,0
empresa privada	36	18,1	14,2	28,3	15,0
empresa pública	22	11,1	3,8	18,9	20,0
organização da sociedade civil	26	13,1	17,0	5,7	12,5

Tabela 9A Distribuição dos departamentos segundo revelem consonância com os princípios que regem a extensão

Consonância	Total N	Total %	Biológicas	Exatas	Humanidades
Sim	179	89,9	95,3	90,6	75,0
Não	20	10,1	4,7	9,4	25,0
Total	199	100,0	(40) 100%	(53) 100%	(106) 100%

Tabela 9B Distribuição dos departamentos que demonstram consonância com os princípios, segundo os princípios mencionados

Princípios	Total N	Total %	Biológicas	Exatas	Humanidades
Indissociabilidade c/ ensino e pesquisa	176	88,4	95,3	84,9	75,0
Relação transformadora USP-sociedade	65	32,7	24,5	41,5	42,5
Preservação do patrimônio cultural	18	9,0	7,5	11,3	10,0

Tabela 10A Distribuição dos departamentos segundo indiquem beneficiários externos das atividades de extensão

Indicam beneficiários	Total N	Total %	Biológicas	Exatas	Humanidades
Sim	145	72,9	88,7	71,7	32,5
Não	54	27,1	11,3	28,3	67,5
Total	199	100,0	(40) 100%	(53) 100%	(106) 100%

Tabela 10B Distribuição dos departamentos que indicam beneficiários externos das atividades de extensão segundo os beneficiários indicados

Beneficiários	Total N	Total%	Biológicas	Exatas	Humanidades
sociedade em geral	130	65,3	81,1	60,4	30,0
contratante/demandante	39	19,6	24,5	20,8	5,0
profissionais de área específica	40	20,1	22,6	15,1	20,0
comunidade específica	21	10,6	10,4	7,5	15,0

Tabela 11A Distribuição dos departamentos segundo indiquem beneficiar-se das atividades de extensão

Indicam benefício próprio	Total N	Total %	Biológicas	Exatas	Humanidades
Sim	166	84,4	94,3	84,9	57,5
Não	33	16,6	5,7	18,9	42,5
Total	199	100,0	(40) 100%	(53) 100%	(106) 100%

Tabela 11B Distribuição dos departamentos que indicam beneficiar-se das atividades de extensão segundo os benefícios indicados

Benefícios	Total N	Total %	Biológicas	Exatas	Humanidades
Integração	153	76,9	87,7	73,6	52,5
Visibilidade	78	39,2	40,6	45,3	27,5
motivação e interesse	50	25,1	26,4	22,6	25,0

Tabela 12 Distribuição dos departamentos segundo a comparação com congêneres de outras universidades

Comparação	Total N	Total %	Biológicas	Exatas	Humanidades
Favorável	123	61,8	69,8	58,5	45,0
Desfavorável	25	12,6	11,3	15,1	12,5
parcialmente favorável	11	5,5	3,8	11,3	2,5
não se compara	34	17,1	13,2	11,3	35,0
não respondeu	6	3,0	1,9	3,8	5,0
Total	199	100,0	(106) 100%	(53) 100%	(40) 100%

Tabela 13 Distribuição dos departamentos segundo informem e/ou discriminem atividades de extensão que revertem em benefícios financeiros

Benefício financeiro	Total N	Total %	Biológicas	Exatas	Humanidades
sim, discrimina	90	45,2	50,0	56,6	17,5
sim, sem discriminar	18	9,0	9,4	9,4	7,5
nenhuma reverte em benefício financeiro	21	10,6	9,4	3,8	22,5
não informa	70	35,2	31,1	30,2	52,5
Total	199	100,0	(106) 100%	(53) 100%	(40) 100%

Tabela 14 Distribuição dos departamentos segundo informação da instância definidora da política de extensão

Política de extensão definida	Total N	Total %	Humanidades	Exatas	Biológicas
no Conselho do depto.	35	17,6	16,0	15,1	25,0
na CCex ou equivalente	30	15,1	15,1	18,9	10,0
subtotal **1**	**65**	**32,7**	**31,1**	**34,0**	**35,0**
por iniciativa individual de docentes	44	22,1	19,8	30,2	17,5
por demanda externa	13	6,5	7,5	3,8	7,5
em centros de apoio	4	2,0	0,9	3,8	2,5
não tem política/ não informa /nr	73	36,7	40,6	28,3	37,5
subtotal **2**	**134**	**67,3**	**68,9**	**66,0**	**65,0**
Total	199	100	(40) 100%	(53) 100%	(106) 100%

Tabela 15 Distribuição dos departamentos segundo indiquem objetivos de extensão, distinguindo-os em médio e longo prazo

Distinguem médio e longo prazo	Total N	Total %	Biológicas	Exatas	Humanidades
Sim	37	18,6	19,8	20,8	12,5
Não	162	81,4	80,2	79,2	87,5
Total	199	100,0	(106) 100%	(53) 100%	(40) 100%

Tabela 16 Distribuição dos departamentos segundo proponham indicadores para avaliação das atividades de extensão

Indicadores relativos à extensão	Total N	Total %	Biológicas	Exatas	Humanidades
Sim	149	74,9	74,5	84,9	62,5
Não	50	25,1	25,5	15,1	37,5
Total	199	100,0	(106) 100%	(53) 100%	(40) 100%

Tabela 17 Distribuição dos departamentos segundo o apoio que indicam esperar das instâncias centrais para atividades de extensão

Apoio esperado	Total N	Total %	Biológicas	Exatas	Humanidades
Financeiro	98	49,2	56,6	39,6	42,5
recursos humanos	69	34,7	38,7	24,5	37,5
infra-estrutura física	49	24,6	20,8	24,5	35,0
agilizar processos administrativos	43	21,6	15,1	24,5	35,0
Equipamentos	36	18,1	16,0	13,2	30,0
Logístico	27	13,6	12,3	9,4	22,5
Bolsas	22	11,1	8,5	9,4	20,0
valorização/reconhecimento/divulgação	30	15,1	19,8	17,0	0,0